



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

ZVONIMIR NINCEVIC SALLES

AVALIAÇÃO CULTURALMENTE RESPONSIVA DA AS-
SOCIATIVIDADE: UMA PROPOSTA PARA O SETOR DE AR-
TESANATO DE SANTA CRUZ DE LA SIERRA – BOLÍVIA

Salvador

2019

ZVONIMIR NINCEVIC SALLES

AVALIAÇÃO CULTURALMENTE RESPONSIVA DA ASSOCIATIVIDADE: UMA PROPOSTA PARA O SETOR DE ARTESANATO DE SANTA CRUZ DE LA SIERRA – BOLÍVIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração, Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Brasileiro Paixão

Salvador

2019

Escola de Administração - UFBA

S168 Salles, Zvonimir Nincevic.

Avaliação culturalmente responsiva da associatividade: uma proposta para o setor de artesanato de Santa Cruz de La Sierra - Bolívia / Zvonimir Nincevic Salles. – 2019.

92 f.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Brasileiro Paixão.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2019.

1. Artesanato–Associações, instituições, etc. – Avaliação - Santa Cruz de la Sierra (Bolívia). 2. Cultura popular - Associações, instituições, etc.- Santa Cruz de la Sierra (Bolívia). 3. Empreendedorismo - Santa Cruz de la Sierra (Bolívia). 4. Setor informal (Economia) - Santa Cruz de la Sierra (Bolívia). 5. Artesãos - Santa Cruz de la Sierra (Bolívia). I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 306.47
CDU – 334.712

ZVONIMIR NINCEVIC SALLES

AVALIAÇÃO CULTURALMENTE RESPONSIVA DA ASSOCIATIVIDADE: UMA PROPOSTA PARA O SETOR DE ARTESANATO DE SANTA CRUZ DE LA SIERRA – BOLÍVIA

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração, Escola de Administração, da Universidade Federal da Bahia

Aprovada em 25 de janeiro de 2019

Prof. Dr. Roberto Brasileiro Paixão – Orientador _____
Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Professor da Universidade Federal da Bahia

Prof^a. Dra. Glauria Janaina dos Santos _____
Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Professora do Instituto Federal da Bahia

Prof. Dr. Guilherme Marback Neto _____
Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia

À todo aquele, que com suas mãos, deixa um pedaço da alma em cada peça de arte.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família e amigos, antigos e novos, pela força nos momentos de fraqueza e pela confiança na minha capacidade. Sem sombra de dúvidas em vocês encontro as energias para seguir em frente.

Ao Prof. Roberto Brasileiro, quem desde o primeiro dia assumiu com muita paciência e generosidade o desafio de me orientar nesta pesquisa. Sempre com as palavras certas, com rapidez nas respostas e com muita confiança no meu trabalho, com certeza contribuiu muito no meu crescimento acadêmico.

Aos professores do NPGA por compartilhar seus conhecimentos, incentivando sempre o censo crítico e o constante crescimento da Escola de Administração.

Ao pessoal de apoio do NPGA, especialmente Anaélia, pela constante ajuda e colaboração muito além das suas obrigações.

À Organização de Estados Americanos e a CAPES pela bolsa de mestrado, recursos sem os quais esta tarefa teria sido inviável.

À *Fundación Trabajo Empresa* pela disponibilidade do seu prédio para fazer os grupos focais. Especialmente à René Salomón pela confiança e comentários sobre a minha pesquisa e Charito Morales pela colaboração e carinho com os quais sempre me recebe.

Agradeço profundamente a cada uma das associações de artesanato que gentilmente aceitaram participar desta pesquisa, suas colaborações e dados permitiram alcançar o objetivo.

E por último, a cidade de Salvador, sua gente e sua cultura, me transformaram em uma nova e melhor pessoa, muito obrigado.

SALLES, Zvonimir Nincevic. **Avaliação Culturalmente Responsiva da Associatividade:** uma proposta para o setor de artesanato de Santa Cruz de la Sierra – Bolívia. 92f. 2019. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

RESUMO

A associatividade no setor de artesanato tem se transformado numa prática comum, aparece como uma alternativa de fortalecimento coletivo para os pequenos produtores de artesanato de Santa Cruz de la Sierra – Bolívia. Partindo desta realidade esta pesquisa propôs a construir e validar analiticamente um modelo de avaliação culturalmente responsivo da associatividade e assim dispor de parâmetros e indicadores estruturados sob a ótica da sensibilidade cultural destas associações. Para atingir o objetivo foram feitos 4 grupos focais com 8 associações de artesanato de Santa Cruz de la Sierra em 2 fases e foi aplicado o método e rigor do Discurso do Sujeito Coletivo para analisar os dados coletados. Na Fase 1 se descreve as características e particularidades culturais das associações e se identificaram as categorias avaliativas que deram forma a uma proposta inicial do modelo CRE; a Fase 2 foi feita para validar analiticamente o modelo CRE e refinar os indicadores estabelecidos, sua hierarquia e peso. O modelo CRE validado estabelece 5 categorias avaliativas: Papel do artesão, Liderança e representatividade, Normatização, Exclusividade dos membros da associação, e Gestão patrimonial; cada uma destas categorias com seus próprios parâmetros e indicadores foram estabelecidas seguindo a abordagem culturalmente responsiva adotada.

Palavras – chave: Avaliação Culturalmente Responsiva; Associatividade; Artesanato.

SALLES, Zvonimir Nincevic. **Avaliação Culturalmente Responsiva da Associatividade:** uma proposta para o setor de artesanato de Santa Cruz de la Sierra – Bolívia. 92f. 2019. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

ABSTRACT

Associativity within the crafts sector has become commonplace, appearing as an alternative to collective strengthening for small artisanal crafts producers in Santa Cruz de la Sierra - Bolivia. Based on this reality, this investigation intends to analytically construct and validate a culturally responsive evaluation model regarding the associativity in order to obtain structured parameters and indicators on the cultural sensitivity of these associations. In order to achieve this objective 4 focus groups were carried out with 8 artisanal crafts associations from Santa Cruz de la Sierra in two distinct phases where the Discourse of the Collective Subject method was used to analyze all collected data. Phase 1 describes the characteristics and unique cultural nuances of the associations and the categories for the evaluation that gave shape to the CRE model are identified; Phase 2 analytically validates the CRE model and provides depth on the established indicators, their hierarchy and their importance. The validated CRE model establishes 5 evaluation categories: the Craftsman's role, Leadership and representativity, Standardization, Exclusivity of association membership and Asset management; each one of these categories containing their own parameters and indicators were established following the culturally responsive approach that was adopted.

Keywords: Culturally Responsive Evaluation; Associativity; Handicraft.

SALLES, Zvonimir Nincevic. **Avaliação Culturalmente Responsiva da Associatividade:** uma proposta para o setor de artesanato de Santa Cruz de la Sierra – Bolívia. 92f. 2019. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

RESUMEN

La asociatividad en el sector de artesanías se ha transformado en una práctica común, aparece como una alternativa de fortalecimiento colectivo para los pequeños productores de artesanías de Santa Cruz de la Sierra – Bolivia. Partiendo de esta realidad esta investigación se propone construir y validar analíticamente un modelo de evaluación culturalmente responsivo de la asociatividad y así disponer de parámetros e indicadores estructurados sobre la óptica de la sensibilidad cultural de estas asociaciones. Para alcanzar el objetivo fueron hechos 4 grupos focales con 8 asociaciones de artesanía de Santa Cruz de la Sierra en 2 fases y fue aplicado el método y rigor del Discurso del Sujeto Colectivo para analizar los datos colectados. En la Fase 1 se describen las características y particularidades culturales de las asociaciones y se identificaron las categorías evaluativas que dieron forma a una propuesta inicial del modelo CRE; la Fase 2 fue hecha para validar analíticamente el modelo CRE y refinar los indicadores establecidos, su jerarquía y peso. El modelo CRE validado establece 5 categorías evaluativas: Papel del artesano, Liderazgo y representatividad, Normatización, Exclusividad de los miembros de la asociación, y Gestión patrimonial; cada una de estas categorías con sus propios parámetros e indicadores fueron establecidas siguiendo el abordaje culturalmente responsivo adoptado.

Palabras – clave: Evaluación Culturalmente Responsiva; Asociatividad; Artesanía.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	QUESTÃO DA PESQUISA	24
1.2	OBJETIVOS.....	24
1.3	JUSTIFICATIVA.....	24
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	27
2.1	AVALIAÇÃO: CONCEITOS E EVOLUÇÃO	27
2.1.1	Avaliação Responsiva.....	366
2.1.2	Avaliação Culturalmente Responsiva.....	42
3	MÉTODO	47
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	47
3.2	MODELO DE ANÁLISE	48
3.3	MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADAS	49
3.3.1	Grupos Focais	49
3.3.2	Discurso do Sujeito Coletivo.....	50
3.4	OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA	51
3.4.1	Coleta de Dados.....	53
4	ANÁLISE DE RESULTADOS.....	57
4.1	CONSTRUÇÃO DO MODELO CRE.....	58
4.1.1	Descrição dos participantes (fase 1)	58
4.1.2	Identificação e descrição das categorias avaliativas.....	62
4.1.3	Hierarquização das categorias avaliativas	67
4.1.4	Modelo CRE: proposta inicial	69
4.2	VALIDAÇÃO DO MODELO CRE	70
4.2.1	Descrição dos participantes (fase 2)	70
4.2.2	Validação das categorias avaliativas	72
4.2.3	Validação da hierarquia das categorias avaliativas	75
4.2.4	Modelo CRE: proposta final.....	76
5	CONCLUSÕES	79
5.1	SÍNTESE DOS RESULTADOS.....	79
5.2	LIMITAÇÕES DA PESQUISA E SUGESTÕES DE ESTUDOS FUTUROS	81
	REFERÊNCIAS	82
	APÊNDICE A - FORMATO DOS CONVITES DOS GFS :	85
	APÊNDICE B – SLIDES DOS GFS 1 E 2:	86
	APÊNDICE C – SLIDES GF 3 E 4:	90

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: VALOR DAS EXPORTAÇÕES DESAGREGADAS SEGUNDO O TIPO DE BEM	
(EM MILHÕES DE USD).....	17
FIGURA 2: TAXA DE ATIVIDADE EMPREENDEDORA (TEA).....	20
FIGURA 3: COMPOSIÇÃO DA TEA SEGUNDOS PRINCIPAIS MOTIVOS PARA EMPREENDER.....	21
FIGURA 4: AFILIAÇÃO SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA.....	22
FIGURA 5: BENEFÍCIOS DA ASSOCIATIVIDADE.....	23
FIGURA 6: POPULAÇÃO DA TEA E DOS PROPRIETÁRIOS DE NEGÓCIOS ESTABELECIDOS POR ÁREA DE RESIDÊNCIA	25
FIGURA 7: ÁRVORE DAS TEORIAS DE AVALIAÇÃO.....	33
FIGURA 8: MATRIZES AVALIADORAS DE STAKE	38
FIGURA 9: ESTRUTURA DA COLETA DE DADOS.....	52
FIGURA 10: ESQUEMA DE ANÁLISE DE DADOS	57
FIGURA 11: HIERARQUIA DAS CATEGORIAS AVALIATIVAS (FASE 1)	67
FIGURA 12: HIERARQUIA DAS CATEGORIAS AVALIATIVAS (FASE 2)	76

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. DEFINIÇÕES DE AVALIAÇÃO 1950-1990.....	59
QUADRO 2. DSC IC: APOIO PÚBLICO-PRIVADO AO SETOR DE ARTESANATO.....	59
QUADRO 3. DSC IC: CARACTERÍSTICAS REQUERIDAS PARA NOVOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO	60
QUADRO 4. DSC IC: ALIANÇAS E SINERGIAS INTRA-ASSOCIAÇÃO	60
QUADRO 5. DSC IC: BARREIRAS CULTURAIS E IDIOMÁTICAS 611	
QUADRO 6. DSC IC: QUESTÕES DE GÊNERO	61
QUADRO 7. DSC IC: PAPEL DO ARTESÃO	63
QUADRO 8. DSC IC: EXCLUSIVIDADE DOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO.....	64
QUADRO 9. DSC IC: LIDERANÇA E REPRESENTAÇÃO.....	65
QUADRO 10. DSC IC: NORMATIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	66
QUADRO 11. DSC IC: PROCESSO SELETIVO DOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO	66
QUADRO 12. DSC IC: GESTÃO PATRIMONIAL	67
QUADRO 13. DSC: CARACTERÍSTICAS CULTURAIS DAS ASSOCIAÇÕES DE ARTESANATO (FASE 2)	71
QUADRO 14. DSC VALIDAÇÃO DA CATEGORIA: PAPEL DO ARTESÃO.....	73
QUADRO 15. DSC VALIDAÇÃO DA CATEGORIA: EXCLUSIVIDADE DOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO	73
QUADRO 16. DSC VALIDAÇÃO DA CATEGORIA: LIDERANÇA E REPRESENTATIVIDADE	74
QUADRO 17. DSC VALIDAÇÃO DA CATEGORIA: NORMATIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA	74
QUADRO 18. DSC VALIDAÇÃO DA CATEGORIA: PROCESSO SELETIVO DOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO.....	75
QUADRO 19. DSC VALIDAÇÃO DA CATEGORIA: GESTÃO PATRIMONIAL.....	75

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO CATEGORIA OCUPACIONAL	18
(EM PORCENTAGENS)	18
TABELA 2: REGISTRO DE ORGANIZAÇÕES COLETIVAS NO DEPARTAMENTO DE SANTA CRUZ – BOLÍVIA.....	19
TABELA 3: MODELO DE ANÁLISE.....	48
TABELA 4: SELEÇÃO DE ASSOCIAÇÕES FASE 1	53
TABELA 5: ROTEIRO FASE 1 (GF1 E GF2)	54
TABELA 6: SELEÇÃO DE ASSOCIAÇÕES FASE 2	55
TABELA 7: ROTEIRO FASE 2 (GF3 E GF4)	56
TABELA 8: IDEIAS CENTRAIS E SUAS FREQUÊNCIAS (FASE 1)	59
TABELA 9: CATEGORIAS DA FASE 1 E SUAS FREQUÊNCIAS	62
TABELA 10: MODELO CRE: PROPOSTA INICIAL	69
TABELA 11: IDEIAS CENTRAIS E SUAS FREQUÊNCIAS (FASE 2)	71
TABELA 12: VALIDAÇÃO DAS CATEGORIAS AVALIATIVAS E SUAS FREQUÊNCIAS.....	72
TABELA 13: MODELO CRE VALIDADO	76
TABELA 14: PERGUNTAS ORIENTADORAS DOS INDICADORES DE AVALIAÇÃO.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFP	Administradoras de Fundos de Pensões
ANDIFES	Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CIF	<i>Cost, Insurance and Freight</i>
CRE	<i>Culturally Responsive Evaluation</i>
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
FOB	<i>Free On Board</i>
GEM	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i>
GF	Grupo Focal
IC	Ideia Central
INE	<i>Instituto Nacional de Estadística</i> – Estado Plurinacional da Bolívia
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PEA	População Economicamente Ativa
RA	Resolução Administrativa

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, se definem alguns conceitos básicos que facilitam o entendimento do contexto da realidade e características do objeto de estudo: a associatividade do setor de artesanato de Santa Cruz de la Sierra – Bolívia. Além disso se faz um mapeamento da realidade socioeconômica deste tipo de produtores com a finalidade de compreender seus nuances e particularidades em um ambiente dinâmico e altamente complexo. Por último, se faz a definição do problema de pesquisa e dos objetivos, tanto o geral quanto os específicos; assim como as justificativas, teórica e prática, que norteiam esta pesquisa.

A definição de associatividade como dinâmica social-produtiva, principal objeto de estudo e análise desta pesquisa, tem um papel importante para entender que os países mais desenvolvidos do mundo foram e são altamente associativos, ou seja, a maioria dos seus habitantes tem capacidade associativa, entendendo essa capacidade como a ação de estabelecer relações com estranhos, fazer coisas com estranhos em função de objetivos comuns (MAMANI, 2017).

A associatividade é uma espécie de aliança estratégica adotada principalmente pelas pequenas e médias empresas, visando atingir objetivos comuns que não poderiam ser atingidos por cada um, individualmente (ALVES et al., 2009). Entendendo a associatividade como um mecanismo de cooperação entre pequenas e médias empresas, onde cada empresa participante mantém sua independência legal e autonomia gerencial, decide voluntariamente participar em um esforço conjunto com outros participantes para a busca de um objetivo comum (NERI BELTRAN, 2011).

Apesar de ser um tema que só recebeu grande atenção nos últimos anos, a associatividade surgiu há muitos anos como uma alternativa viável que possibilitou que empresas de pequeno porte conseguissem competir num mercado altamente competitivo (ALVES et al., 2009). A sua ideia é a de possibilitar a ação integrada dos indivíduos do mercado, de acordo com os interesses em comum de todos, e não isoladamente. Diversos podem ser os interesses dessas empresas, como a redução de custos e a união de sinergias por exemplo (MAMANI, 2017).

Além dos interesse que motivam a associatividade o processo requer confiança mútua como base, através de acordos baseados em objetivos comuns e regras claras, seguidos de ação, que podem ser a colaboração tática de curto prazo e a cooperação estratégica de longo prazo (NERI BELTRAN, 2011).

A associatividade tem sido a estratégia mais poderosa encontrada por empresas menores para lidar com as mudanças geradas pela globalização e sobreviver em concorrência desigual

(NERI BELTRAN, 2011). As micro, pequenas e médias empresas na maioria dos países latino-americanos são os maiores geradores de emprego e são o motor de crescimento de qualquer país (QUEREJAZÚ, 2015). Portanto, os governos latino-americanos devem prestar especial atenção a este importante setor da economia de seus respectivos países, promovendo ou induzindo a associatividades para desenvolver neles uma cultura de cooperação em redes industriais horizontais ou verticais, alcançando os objetivos totais de associatividades: compartilhar riscos e reduzir custos. Com isso, uma economia de escala é procurada para micro e pequenos empreendedores, melhorando assim a competitividade do setor (MAMANI, 2017).

A associatividades tem se transformado numa prática comum entre os diversos setores produtivos, por todos os motivos detalhados (NERI BELTRAN, 2011); os produtores de artesanato são um exemplo dinâmico e crescente onde a associatividades tem encontrado terra fértil para gerar sinergias e experiências de sucesso (QUEREJAZÚ, 2015).

Pra entender com maior detalhamento este setor produtivo, e altamente associativo, o Conselho Mundial do Artesanato (CMA) define o artesanato como toda atividade produtiva que resulte em objetos e artefatos acabados, feitos manualmente ou com a utilização de meios tradicionais ou rudimentares, com habilidade, destreza, qualidade e criatividade (SEBRAE, 2004).

Moura (2011) afirma que o artesanato é um exemplo de produção cultural popular que resistiu e resistirá a todas e quaisquer alterações impostas pelo tempo. O artesanato acompanha o tempo sem querer vencê-lo e não aceitando sua dominação. Assim, na atualidade os valores do passado estão mais vivos e são ressaltados no imaginário que povoa a criação de uma cultura material adaptada ao universo contemporâneo (MOURA, 2011).

Já, sob o ponto de vista de Paz (1991), no artesanato há um contínuo vai e vem entre utilidade e beleza; esse balanço tem um nome: prazer. As coisas dão prazer porque são úteis e belas. “[...] o artesanato é uma espécie de festa do objeto: transforma o utensílio em signo de participação” (PAZ, 1991, p.51).

Diante das afirmações anteriores, pode-se entender que o artesanato exemplifica a riqueza cultural de uma determinada região; afinal trata-se de uma produção cultural, territorial mutante, que resiste a todas e quaisquer alterações impostas pelo tempo (DORFLES; RAMOS, 1991).

Para definir e caracterizar o trabalho artesanal, Martins (1973, p. 57) aponta quatro pontos a se destacar:

a) Como sistema de trabalho que engloba diversos processos artesanais, o artesanato assinala um avanço cultural e só apareceu como consequência da divisão do campo ocupacional

no período histórico em que a precisão de meios de subsistência e os hábitos de vida em sociedade passaram a exigir maior produção de bens;

b) Sendo o artesanato uma manifestação da vida comunitária, o trabalho se orienta no sentido de produzir objetos de uso mais comum no lugar, seja em função utilitária, como lúdica, decorativa ou religiosa;

c) O artesanato é um sistema de trabalho do povo, se bem que pode ser encontrado em todas as camadas sociais e níveis culturais;

d) O artesanato é prático, sendo informal sua aprendizagem. O que o artesão faz, cria-o ele próprio, ou aprendeu na tenda artesanal da família ou do vizinho, observando como este fazia, pela vivência e pela imitação, vendo-o trabalhar.

Por ter características específicas, as associações ligadas ao artesanato representam um objeto interessante para avaliação, notadamente a avaliação culturalmente responsiva¹ oferece o suporte teórico e metodológico para debruçar-se neste universo de particularidades que refletem sobre a identidade de cada região e constituem-se no máximo expoente da sua cultura, sendo a avaliação culturalmente responsiva a rama teórica que aborda os processos avaliativos desde uma ótica inclusiva, onde o contexto cultural, suas particularidades e nuances fazem que a avaliação tenha uma maior sensibilidade com o ambiente, os indivíduos e todo o fenômeno avaliado (THOMAS; PARSONS, 2017).

Em muitos países da América Latina, pode-se observar que o padrão a seguir é a associação, cooperação ou encadeamento produtivo quando se trata de estratégias de desenvolvimento de pequenos produtores, uma vez que lhes permite associar-se e cooperar entre si, de modo que ao estar unidos no processo produtivo podem obter melhores resultados, o que se refletirá em produtos com maior qualidade e melhores preços, conseguindo competir em um mundo globalizado (NERI BELTRAN, 2011).

Nesse sentido, a exploração documental para contextualizar essas associações tem sido ampla, encontrando no *Global Entrepreneurship Monitor (GEM) Bolívia 2014* (QUEREJAZÚ, 2015), versão mais recente disponível, a informação mais relevante e confiável para revelar a realidade dessas associações de empreendedores bolivianos. O GEM Bolívia 2014 visa identificar os fatores que promovem ou inibem a atividade empreendedora como insumos para políticas públicas, uma vez que o empreendedorismo, característica transversal dos membros das

¹ Avaliação Culturalmente Responsiva (CRE) é uma posição teórica, conceitual e inerentemente política que inclui a centralidade e a [sintonização] da cultura na teoria e na prática de avaliação. (HOPSON, 2009, p. 431).

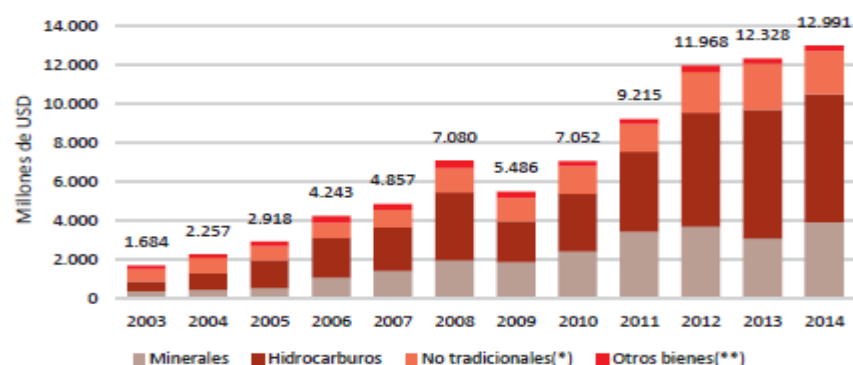
associações, é uma atitude e uma atividade resultante das percepções e capacidades de um indivíduo em interação com o ambiente circundante. Além disso o GEM Bolívia 2014 procura conhecer as percepções sociais e os atributos individuais, bem como descrever a atividade empreendedora e o perfil das associações de artesãos. O objetivo deste documento referencial, além de consolidar informações sobre o perfil do empreendedor boliviano, é contribuir com elementos de educação e acesso ao crédito para promover a discussão acadêmica e o desenvolvimento de projetos de políticas públicas (QUEREJAZÚ, 2015, p.15).

O GEM Bolívia 2014 parte da premissa de que os acadêmicos e os formuladores de políticas públicas coincidem ao reconhecer que os empreendedores, bem como os novos negócios que estabelecem, desempenham um papel crucial no desenvolvimento e no bem-estar de suas sociedades. Assim, define o empreendedorismo como "qualquer tentativa de estabelecer um novo negócio ou desenvolver uma iniciativa, seja ele próprio, organize um novo negócio ou a expansão de um negócio existente por um indivíduo ou grupo de indivíduos, ou um negócio estabelecido" (QUEREJAZÚ, 2015, p.20).

Essa compreensão da concepção do caráter empreendedor é importante para sublinhar essa característica dos membros das associações. É claro que um dos motivos mais fortes desta atividade econômica é a necessidade de empreender uma atividade que gere um retorno econômico e um caminho de sustentabilidade em uma economia em desenvolvimento como a boliviana (NERI BELTRAN, 2011).

Abordando mais especificamente o setor de artesanato, se observa que não é alheio a esta realidade e se constitui em um dos principais setores produtivos do país. Na análise feita por Querejazú (2015) no GEM Bolívia 2014 o setor de artesanato é considerado dentro da categoria "Não tradicional", pode ser observado seu crescimento no período de 2003 a 2014 na figura a seguir:

Figura 1: Valor das exportações desagregadas segundo o tipo de bem
(Em milhões de USD)



Fonte: QUEREJAZÚ, 2015

Outro aspecto relevante a considerar é a natureza informal do setor de artesanato. Apesar da falta de dados oficiais sobre a quantidade de trabalho informal, é possível quantificar sua magnitude de forma aproximada através da informação das Administradoras de Fundos de Pensão (AFPs), instituições que administram as contribuições para a aposentadoria dos trabalhadores na Bolívia. Até 2013, apenas 19,9% da população ocupada estava afiliada às AFP, o que significa que teria condições de segurança social de longo prazo, enquanto que 80,1% da população empregada estaria sem cobertura futura nenhuma (QUEREJAZÚ, 2015, p.34).

Esta informalidade torna difícil para o pesquisador ter dados oficiais do setor de artesanato, mas os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística da Bolívia (INE, 2017), através da *Encuesta Hogares* sobre a distribuição da população de acordo com a categoria ocupacional permite uma aproximação dos trabalhadores do setor localizados nas categorias "Trabalhador independente" e "Trabalhador aprendiz ou familiar".

Tabela 1: População ocupada segundo categoria ocupacional
(Em porcentagens)

Categoria	Anos							
	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Assalariado	31,5	31,8	34,0	34,9	37,9	35,9	36,6	35,2
Trabalhador independente	34,6	34,4	33,4	32,9	33,4	33,8	36,4	37,0
Patrão, parceiro, empregador, cooperativista	6,1	4,7	5,6	5,7	4,6	5,4	6,9	5,9
Trabalhador aprendiz ou familiar	25,4	26,6	23,7	24,2	21,6	22,9	17,7	19,8
Empregada do lar	2,5	2,6	3,4	2,2	2,6	2,0	2,4	2,1
Total PEA ocupados	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: INE, 2017

Entrando em matéria de legalidade, é de interesse destacar as normas legais que regulam o marco institucional para a formalização de associações no Departamento de Santa Cruz - Bolívia. Após uma busca detalhada na legislação boliviana, constatou-se que a Lei Nacional nº 351 em seu artigo 5, numeral I, diz:

As Organizações sociais, organizações não governamentais, fundações e entidades civis sem fins lucrativos, cujo escopo de atuação e atuação é maior que o de um departamento, devem solicitar seu reconhecimento de personalidade jurídica perante a entidade competente do nível central do Estado. (ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA, 2013)

Clarificando a delimitação de responsabilidades da entidade responsável pelo registro e formalização dessas organizações em função da extensão do território nacional em que operam. Mais especificamente em relação ao registro regional (Santa Cruz), a Lei Departamental nº 50,

em seu artigo 1 cláusula e) define a responsabilidade do Governo Autônomo Departamental de Santa Cruz de conceder a Personalidade Jurídica que reconhece a legalidade e formalidade das associações no território do Departamento de Santa Cruz (GOBIERNO AUTÓNOMO DEPARTAMENTAL DE SANTA CRUZ, 2012).

O foco deste trabalho são as associações legalmente estabelecidas, portanto, deve-se notar que todas são reconhecidas através da concessão da correspondente Personalidade Jurídica validada pelo Governo Autônomo Departamental de Santa Cruz. Ao acessar o banco de dados oficial do Governo Autônomo Departamental de Santa Cruz, a única entidade legalmente reconhecida para realizar o trabalho de registro e formalização das associações de artesãos do Departamento de Santa Cruz - Bolívia, se observa os dados de todas as associações registradas nas administrações de 2013 a 2017 (GADSC, 2018).

Tabela 2: Registro de organizações coletivas no Departamento de Santa Cruz – Bolívia

Ano	Organizações Formalizadas	Associações Artesanato	%
2013	431	7	1,6
2014	535	9	1,7
2015	467	3	0,6
2016	488	5	1,0
2017	612	11	1,8

Fonte: Elaboração própria, 2018

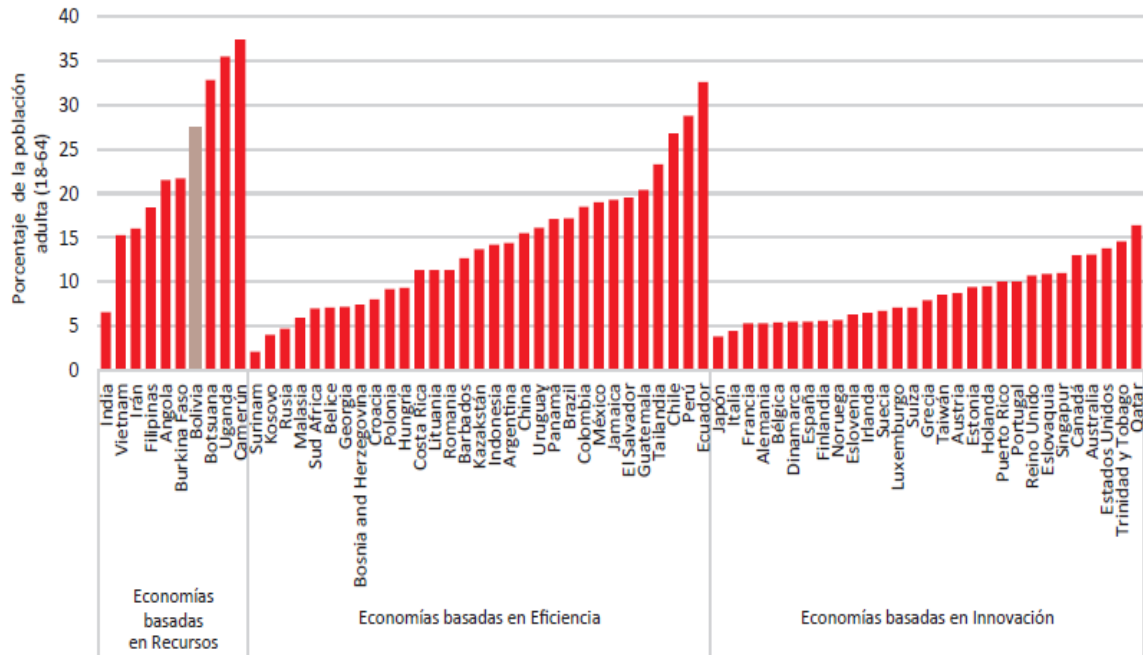
Como pode ser visto na Tabela 2, foi feito um filtro das associações do setor de artesanato que são objeto deste estudo. Deve-se mencionar que a baixa porcentagem de associações registradas responde ao alto nível de informalidade desse setor produtivo na economia boliviana, como refletido em outros estudos que abordam essa questão de forma mais ampla (CASA-NOVAS; MACLEAN, 1995) (GIANELLA; PAZOS, 2016).

É importante conhecer as características do setor e do ambiente no qual se desenvolve, com todas suas nuances já que este tipo de atividade produtiva é um processo que ocorre em um contexto cultural e social específico. Por isso, as percepções da sociedade sobre os artesãos, ou seja, os valores sociais, desempenham um papel importante e fazem parte da condição necessária para motivar as pessoas nesse desafio.

Alguns indicadores nacionais importantes como a Taxa de Atividade Empresarial (TEA), são uma referência para contextualizar o desenvolvimento das atividades produtivas desse tipo de negócios. Assim, a Bolívia tem um indicador da TEA de 27,4%, ocupando o sexto

lugar mais alto do mundo, dentro da medida que realiza o GEM Global em 70 países ao redor do mundo (QUEREJAZÚ, 2015).

Figura 2: Taxa de Atividade Empreendedora (TEA)



Fonte: QUEREJAZÚ, 2015

Na Bolívia, 3,5 de cada 10 adultos estão em atividade empreendedora, como resultado da combinação daqueles que estão começando um negócio ou são proprietários de novos negócios (TEA) e aqueles que já são proprietários de negócios estabelecidos no mercado (QUEREJAZÚ, 2015, p.47).

O GEM identifica dois tipos de motivação nas iniciativas empreendedoras: as que são fornecidas pela necessidade e as que são originadas pela oportunidade. Esta característica permeia todos os setores produtivos, sendo o setor de artesanato um dos mais representativos desta realidade motivacional (QUEREJAZÚ, 2015).

Na Bolívia, observa-se que os empreendimentos são motivados pela oportunidade mais do que pela necessidade, como é claro na seguinte figura:

Figura 3: Composição da TEA segundos principais motivos para empreender



Fonte: QUEREJAZÚ, 2015

No Departamento de Santa Cruz se observa que 36,5% dos empreendedores são motivados por necessidade e para manter a renda atual, seguido por 33,9% motivado pela oportunidade de renda mais elevada, 22,6% decidem empreender pela oportunidade de possuir sua fonte de trabalho própria e alcançar a independência laboral; os 6,2% restantes indicam que a motivação é uma combinação de necessidade e oportunidade (0,8% não sabem/não respondem), (QUEREJAZÚ, 2015, p.54).

Dada a importância da inovação neste tipo de setor produtivo (artesanato), vale a pena mencionar que 64,8% da TEA no departamento de Santa Cruz indica que o seu produto/serviço é inovador. Mas, infelizmente, no que diz respeito a orientação de mercado apenas 5,2% da atividade empreendedora nacional na fase inicial é direcionada ao mercado externo, ficando Santa Cruz abaixo da média nacional alcançando apenas 2,8% (QUEREJAZÚ, 2015, pp. 58-59).

A fraqueza do setor para acessar os mercados internacionais é devida a muitos fatores, um deles pode ser a falta de treinamento e formação acadêmica dos empreendedores, conforme refletido nos dados obtidos do GEM Bolívia 2014, onde indica que o 63,7% dos empreendedores nascentes do setor de manufaturas (categoria em que os artesãos estão), seu nível máximo de educação é ensino médio (secundário), o que se traduz em limitações para a obtenção de uma produção com níveis altos de qualidade exigidos nos mercados estrangeiros. Quase metade desses empreendedores (47,6%) tem entre 35 e 44 anos de idade. Santa Cruz é um dos departamentos que registra o maior treinamento durante o ensino fundamental e médio em termos de treinamento específico de empreendedores, chegando a 20,7% da população. Do mesmo jeito

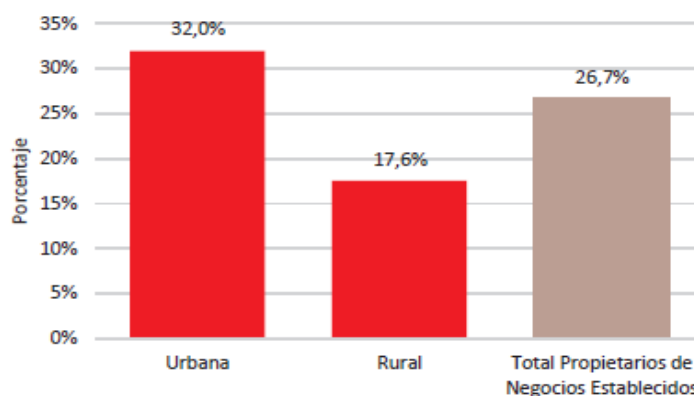
na fase posterior, nível técnico e graduação, com 25,73% da população (QUEREJAZÚ, 2015, pp. 72-74).

Outra fraqueza do setor é que a maioria dos empreendedores emergentes (58%) não tem acesso ao crédito, enquanto aqueles que têm acesso procuram principalmente os bancos (QUEREJAZÚ, 2015, pp. 80-81). Isso significa que a falta de profissionalização, juntamente com as escassas possibilidades de treinamento e financiamento, torna-se barreiras à realidade dos empreendedores e artesãos nacionais, e Santa Cruz de la Sierra não é exceção (CASANOVAS; MACLEAN, 1995).

Diante desse cenário adverso, os empresários estão constantemente buscando mecanismos de desenvolvimento e fortalecimento; a associatividade, como um elemento-chave do capital social, permite atingir objetivos e superar limitações ou dificuldades que podem ser insuperáveis pelos empreendedores atuando individualmente (NERI BELTRAN, 2011).

A nível nacional observa-se, de acordo com a GEM Bolívia 2014, apenas 26,7% dos proprietários de negócios estabelecidos são afiliados a uma associação ou sindicato relacionado a seus negócios, com marcadas diferenças entre os setores urbano e rural, com 32% e 17,6%, respectivamente.

Figura 4: Afiliação segundo área de residência

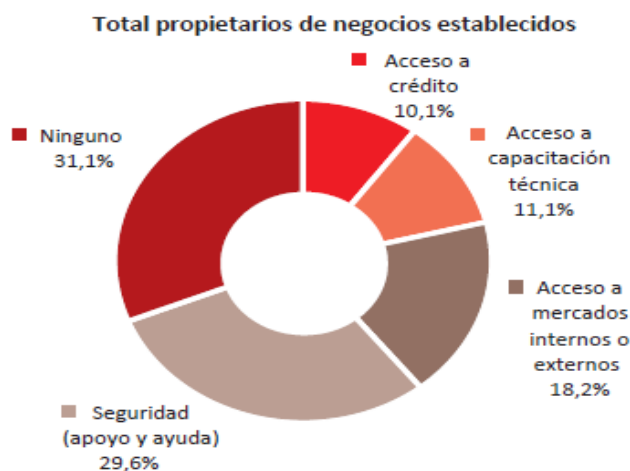


Fonte: QUEREJAZÚ, 2015

A minoria dos empreendedores responde na pesquisa feita pelo GEM Bolívia 2014 que o acesso ao treinamento ou ao crédito são os principais benefícios da associatividade. No entanto, é impressionante que quase um em cada três empresários estabelecidos responda que ser afiliado não recebe nenhum benefício visível no seu dia a dia. Da mesma forma, por cerca de 30% dos empreendedores, os benefícios obtidos pelas associações e sindicatos são proteção e suporte, enquanto a porcentagem é menor (18,2%) para o acesso aos mercados internos e externo como parte dos benefícios. O principal benefício é o apoio e a ajuda, possivelmente para

gerar grupos de pressão para a proteção de suas respectivas associações, enxergando as associações como articuladores de atividades e lobby político com as instituições públicas e privadas (QUEREJAZÚ, 2015, pp. 82-83).

Figura 5: Benefícios da associatividade



Fonte: QUEREJAZÚ, 2015

É importante mencionar que, para que as políticas públicas tenham maior efeito no empreendedorismo, os empresários também devem gerar maior capital social (NERI BELTRAN, 2011). De fato, verificou-se que a associatividade entre empresários visa a proteção de seus associados e não a transmissão de tecnologias e capacidades ou a facilitação do acesso ao crédito. Uma melhor exploração dessas redes tão importantes criará um espaço mais apropriado para qualquer política pública com o objetivo de promover o empreendedorismo para germinar mais facilmente (QUEREJAZÚ, 2015, p. 95).

Porém é inegável que o desenvolvimento econômico da Bolívia passa por uma forte expansão dos produtores de menor tamanho, entre eles os artesãos (GIANELLA; PAZOS, 2016). Esta afirmação se baseia no elevado ritmo de crescimento da população, em especial na cidade de Santa Cruz de la Sierra (INE, 2017). A associatividade na Bolívia é um tema em debate pelos resultados alcançados até agora em termos de unidades associativas "bem-sucedidas" e em operação atual (NERI BELTRAN, 2011).

Neste contexto diverso, afetado por forças da economia formal e informal, a associatividade aparece como uma alternativa de fortalecimento coletivo para os pequenos produtores de artesanato; mas é interessante entender essa associatividade, que já faz parte da dinâmica de mercado, e seu papel na vida dos artesãos de Santa Cruz de la Sierra.

1.1 QUESTÃO DA PESQUISA

A questão principal desta pesquisa refere-se à análise da associatividade de produtores do setor de artesanato no contexto da realidade cultural da cidade de Santa Cruz de la Sierra – Bolívia, através da construção e validação de um modelo de avaliação culturalmente responsiva que identifique os parâmetros e indicadores necessários para obter resultados significativos. Assim, tem-se a seguinte questão de pesquisa: a partir de uma abordagem culturalmente responsiva, qual o modelo para avaliar a associatividade do setor de artesanato da cidade de Santa Cruz de la Sierra – Bolívia?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral, a partir da abordagem de avaliação culturalmente responsiva, é dispor de um modelo de avaliação da associatividade do setor de artesanato da cidade de Santa Cruz de la Sierra – Bolívia.

Determina-se os seguintes objetivos específicos:

a) Descrever as características e particularidades culturalmente responsivas das associações que fazem parte deste estudo.

b) Construir um modelo de avaliação da associatividade através da identificação e hierarquização de categorias avaliativas que respondam ao caráter culturalmente responsivo da abordagem adotada.

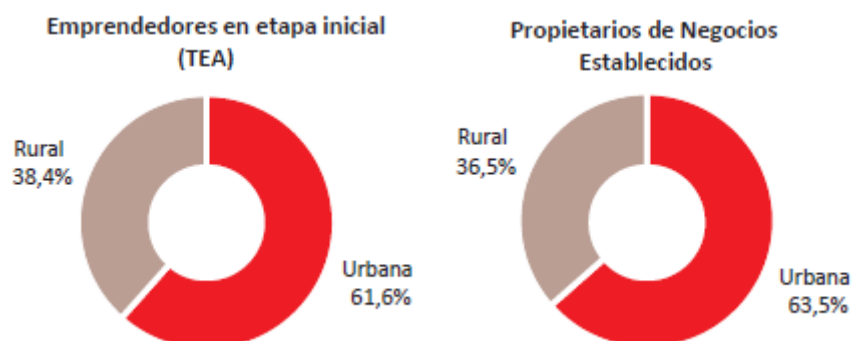
c) Validar analiticamente o modelo de avaliação construído para aperfeiçoar a sensibilidade cultural dos indicadores e parâmetros que permitem avaliar a associatividade do setor de artesanato da cidade de Santa Cruz de la Sierra-Bolívia.

1.3 JUSTIFICATIVA

Existe a necessidade de construir um novo modelo que analise a associatividade no setor de artesanato, em palavras de Carden e Alkin (2012) simplesmente não se sabe (de uma maneira científica) os resultados de determinadas ações de avaliação ocorrendo dentro de um contexto particular (CARDEN; ALKIN, 2012). A associatividade é uma prática comum neste setor produtivo, porém os próprios membros não fazem uma avaliação desta dinâmica social-produtiva (QUEREJAZÚ, 2015). Além disso, entender a associatividade através de uma abordagem qualitativa sensível com as particularidades culturais traz um aporte teórico e prático para o campo acadêmico.

É por isso que a eleição de uma população representativa tem grande importância para a construção e validação de um modelo de avaliação culturalmente responsiva. A cidade de Santa Cruz de la Sierra é atualmente o centro urbano mais densamente povoado com as maiores taxas de crescimento e desenvolvimento econômico da Bolívia (INE, 2017). Nesse sentido, a escolha desta cidade como foco do estudo é a opção mais representativa da realidade boliviana, com a visão de que os resultados obtidos com esta pesquisa sejam de uso acadêmico e prático em todo o território nacional. Esta afirmação é reforçada pelos dados encontrados no GEM Bolívia 2014 que nos dizem que a análise dos totais da TEA e de proprietários de negócios estabelecidos mostra que 62% dos empreendedores emergentes são urbanos e 38% são rurais. Entre os proprietários de negócios estabelecidos, observa-se que 63,5% é urbano e 36,5%, rural. Com a composição urbano-rural do país, o empreendedorismo como atividade se destaca porque é principalmente urbano (QUEREJAZÚ, 2015). Isso reflete na quantidade de associações estabelecidas nos centros urbanos, sendo Santa Cruz de la Sierra um dos mais representativos do País.

Figura 6: População da TEA e dos proprietários de negócios estabelecidos por área de residência



Fonte: QUEREJAZÚ, 2015

Os resultados da avaliação da associatividade do setor de artesanato podem ajudar a compreender a realidade local, dentro de um contexto específico e ter a sua disposição dados que servem como suporte técnico na tomada de decisões na hora de avaliar e selecionar projetos ou desenvolver políticas públicas de gestão social e econômicas que involucre ao setor de artesanato, por este motivo a relevância de ter um modelo de avaliação construído e validado no tecido complexo da realidade das próprias associações de Santa Cruz de la Sierra.

Um modelo de avaliação culturalmente responsiva da associatividade do setor de artesanato oferecerá aos membros das associações parâmetros e indicadores para desenvolver es-

estratégias conjuntas de mercado e projetos de desenvolvimento, através de uma abordagem acadêmica com sustentação teórica, tendo em conta que este modelo de avaliação será construído e validado pelas pessoas envolvidas nesta atividade produtiva, considerando os fatores sociais e culturais que geram construções compartilhadas (GUBA; LINCOLN, 2011, p. 19).

Em palavras de Thomas e Parsons (2017) a avaliação responsiva dá voz às pessoas que de outra forma não seriam ouvidas, neste caso os artesãos membros das associações. Dar voz significa criar um espaço seguro para os artesãos possam falar sobre as suas experiências e preocupações. Isto permite ver que as suas experiências pessoais são questões de fato que vão além da sua situação pessoal. A avaliação estimula um discurso público sobre questões que são tabus, cria um espaço para refletir, promove dinâmicas e participantes motivados para pensar sobre maneiras de melhorar a qualidade de sua prática associativa (THOMAS; PARSONS, 2017).

Mais especificamente, a avaliação culturalmente responsiva não só fornece um valioso enquadramento para a prática de avaliação, mas desafia os avaliadores a refletir sobre a dinâmica do poder e aguçar sua atenção à justiça social (HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

Para Abma (2005) durante o processo de implementação mais e mais fatores humanos, sociais, comportamentais e culturais vão intervir. Neste sentido a avaliação responsiva não deriva de critérios de avaliação do mundo idealizado da teoria (política), mas começa com ações do 'tempo real' e as experiências vividas dos envolvidos (ABMA, 2005).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta uma série de fundamentos teóricos para dar forma e estrutura ao trabalho desenvolvido durante esta pesquisa. Para entender a lacuna teórica escolhida é relevante aprofundar no conceito amplo de avaliação para convergir, com a ajuda de muitos autores, na vertente da avaliação responsiva (STAKE; JDR 3RD FUND, 1975), e suas diferentes abordagens, até chegar na avaliação culturalmente responsiva, que se constitui na referência específica que dá forma epistemológica e metodológica a este trabalho.

2.1 AVALIAÇÃO: CONCEITOS E EVOLUÇÃO

De acordo com diferentes dicionários, a avaliação é o ato de determinar ou fixar o valor de algo, seja uma coisa, um conceito, um programa, uma instituição ou um ser humano. Muitos pesquisadores consideram essa definição como um excesso de ingenuidade. A avaliação é muito mais do que isso. Na verdade, poderia ser considerado uma das atividades mais complexas e ao mesmo tempo mais habituais com as quais o homem tem que lidar; é uma parte inerente da comunicação humana. A avaliação também envolve um risco; influencia opiniões e pontos de vista, configura-os e muitas vezes leva a ações, às vezes competitivas, hostis e até perigosas. Às vezes, a avaliação é mais formal, mas inevitavelmente é parte da vida cotidiana desde as origens do ser humano: somos humanos porque somos seres que avaliam o mundo e a nossa existência (PROPPE, 1990).

Avaliação é um processo que determina o valor de algo, mas ao reconhecer isso, apenas o recurso mais relevante está sendo reconhecido. Como processo, a avaliação envolve conhecer o fenômeno a ser avaliado, ou seja, descobrir sua natureza, bem como determinar seu valor. A avaliação também é realizada em um contexto de ação. As decisões são tomadas para determinados fins, com base no processo de avaliação e nos resultados deste; são feitas, em suma, determinações de valor. A avaliação, então, está presente em quase todos os processos de tomada de decisão e é parte de nossa comunicação diária. "A avaliação está continuamente envolvida na obtenção de conhecimento para a ação" (KEMMIS, 1976).

Já para outros autores, como Lee Cronbach, a avaliação é um processo pelo qual a sociedade aprende sobre si mesma. A maioria das pessoas toma decisões com base em determinações de valor de uma forma ou de outra (CRONBACH, 1980, p.2). Mas também, como Stake e Denny (1969) afirmam, aprendemos através da avaliação; a avaliação envolve a descoberta da natureza do fenômeno a ser avaliado, bem como a de seu valor. Além disso, aprendemos

sobre nós mesmos através da avaliação; talvez devesse ser dito que podemos (ou devemos talvez) aprender sobre nós mesmos através do processo de avaliação (STAKE; DENNY, 1969).

Alguns autores identificaram algumas fases características que todo processo de avaliação atravessa (HANSEN; ALKIN; WALLACE, 2013):

- a) Premissas: as crenças subjacentes que geram ou motivam a proposta de abordagem da avaliação.
- b) Contexto da avaliação: a circunstâncias em que ocorre a avaliação; pode incluir situação, necessidades, prioridades, recursos e requisitos; pode incluir características do avaliador, a organização e a comunidade.
- c) Atividades de avaliação: a procedimentos utilizados no planejamento e realização de uma avaliação e na comunicação ou disseminação de descobertas; podem incluir ações do avaliador como de outras partes interessadas.
- d) Consequências / efeitos da avaliação: mudanças que devem ser feitas (ou não) ocorrem como resultado da avaliação e do processo como foi conduzida; pode incluir efeitos/alterações intencionais ou não, para indivíduos, grupos, organizações, comunidades ou sistemas.
- e) Fatores externos: condições ou eventos fora da influência da avaliação, mas que podem afetar a medida em que a avaliação realiza os seus efeitos pretendidos.

Em 1981 foi criado um comitê para discutir e apresentar um guia geral para a avaliação. Este comitê foi formado por notáveis acadêmicos estudiosos do tema, além de profissionais de mercado. Dois elementos apareceram como fundamentais na definição de avaliação: mérito e valor. Avaliação, então, foi definida como sendo o processo sistemático de análise do valor ou mérito de um determinado objeto. Mérito está relacionado com excelência ou qualidade, ou seja, valor intrínseco, enquanto mérito vai além disso e inclui a associação a um contexto cultural particular e a relações com necessidades, custos e circunstâncias, ou seja, valor extrínseco (JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION, 1994). O comitê fez atualizações na definição, mas sempre mantendo a ideia de mérito e valor. Uma ampliação deste conceito foi feita por Stufflebeam e Coryn (2014), adicionando à ideia de mérito e valor as concepções de probidade, viabilidade, segurança, significância e equidade.

Na abordagem utilitarista, busca-se um valor estimado de um programa sobre aqueles a quem ele afeta, ou seja, um valor global. O avaliador concentra-se na avaliação do grupo como um todo, normalmente usando médias dos resultados dos indicadores usados. Trata-se de uma abordagem amplamente usada pelos governos e consubstancia-se nas avaliações comparativas

de larga escala e via testes estandardizados. Na extremidade oposta às avaliações utilitaristas, encontram-se as abordagens intuicionistas-pluralistas, baseadas na ideia de que o valor é centrado no impacto do programa não sobre o grupo de uma forma geral, mas sobre cada cidadão individualmente. Estas abordagens tendem a seguir uma linha epistemológica mais subjetivista, sendo o valor calcado nos benefícios recebidos pelo indivíduo, portanto contextualizada (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

Neste universo diverso de definições, Ristoff (2003) discorre, de maneira quase que cronológica, sobre as definições para o termo avaliação. O autor identificou treze definições entre 1950 e a década de 1990. Esta viagem evolutiva das significações de avaliação permite entender mais amplamente a construção epistemológica, contínua e acumulativa, das abordagens concebidas como pode se observar no Quadro 1 (RISTOFF, 2003 apud PAIXÃO, 2012).

Quadro 1: Definições de avaliação 1950 – 1990

Ano	Autor	Definição
1950	Tyler	Relacionou o processo avaliativo à análise do alcance dos objetivos educacionais. A avaliação, para Tyler, estava fortemente centrada nos objetivos.
1963	Conbach	Discorreu sobre a avaliação como sendo o processo de coleta de informações com o intuito de auxiliar no processo de tomada de decisão. Trata-se de uma função instrumental importante, a de municiar os tomadores de decisão com informações úteis, o que implicitamente acarreta em associar um juízo de valor, apesar da resistência do autor a este papel.
1969	Stake	Recolocou a discussão sobre a avaliação e a determinação do valor e da natureza de um objeto. Para este autor, a avaliação não é apenas uma busca de relações de causa e efeito, ou um inventário de uma situação presente que contribua com a previsão do futuro. Ela é tudo isso, desde que contribua para a identificação da substância, função e valor.
1981	<i>Joint Committee on Standards for Educational Evaluation</i>	Associou a avaliação à investigação sistemática e à questão do valor e do mérito, em um esforço conjunto de universidades americanas em contemplar alguns elementos essenciais do processo avaliativo: a investigação, a natureza sistemática e o reconhecimento do valor de todos os objetos.
1983	Stufflebeam	Relacionou avaliação à definição de valor e aperfeiçoamento do valor, ou seja, avaliar seria atribuir valor, e uma vez isto feito, aperfeiçoar este valor. Destaca-se a tentativa deste autor em acrescentar detalhes acerca da avalia-

Ano	Autor	Definição
		ção formativa e somativa, além da capacidade de interferência no processo para a obtenção de resultados diferenciados.
1985	Kemmis	Enfatizou a questão da organização de informações que permitam que indivíduos debatessem criticamente programas, ou seja, trata-se não apenas da obtenção de dados brutos, mas também da sua transformação em informação e em argumentos.
1989	Guba e Lincoln	Argumentaram sobre a inexistência de uma definição completa para avaliação, destacando que esta poria fim ao questionamento sobre como a avaliação deveria proceder-se e seus propósitos. A definição de avaliação é um constructo mental humano e não deveria ser importante. Para estes autores, uma definição poderia congelar os seus procedimentos e objetivos, tolhendo a criatividade e a negociação no processo.
1990	Scriven	Enfatizou a questão do valor, dando destaque à diferença entre a avaliação e a mensuração. Para este autor, o valor da avaliação não se concentra no que é encontrado, mas a partir do que se constrói sobre o encontrado.
1993	Associação Nacional de Dirigentes das instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)	Assumiu para si a tarefa de avaliação, propondo ao Ministério da Educação um programa de avaliação, o qual foi aceito e foi batizado de Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). O PAIUB definia avaliação com uma preocupação de ordem formativa, sistemática, contínua, centrada nos objetivos, útil para a administração educacional e como um mecanismo de prestação de contas à sociedade.
1995	Sobrinho	Discorreu sobre avaliação ressaltando que a mesma é um empreendimento difícil e laborioso, além de estar associado à vontade política. Destacou ainda o cuidado que se deve ter com a utilização de poucos indicadores para representar o todo e que é importante, não apenas reconhecer as diferentes dimensões de uma instituição, mas principalmente verificar o grau de articulação entre as múltiplas funções da mesma.
1995	Belloni	Ressaltou quatro aspectos: a preocupação com a tomada de consciência sobre a instituição; a instrumentalização do processo avaliativo com fins de tomada de decisão; o caráter formativo e de aperfeiçoamento e a participação coletiva no processo. Uma preocupação especial era tida com o processo educacional da avaliação, dado o poder que tem de despertar nos indivíduos a consciência da sua importância no processo. Outro ponto de atenção referiu-se ao entendimento da avaliação como negociação, desde

Ano	Autor	Definição
		a decisão de iniciá-la até a sua implementação e utilização dos resultados.
1997	Patton	Enfatizou a avaliação negociada (grupos de interesse e públicos interessados) baseada em dados. As definições de uma avaliação são importantes, desde que discutidas e negociadas com os interlocutores do processo. A sustentação das inferências e juízos precisa estar lastreada em dados e a tarefa dos avaliadores é justamente selecionar, organizar, articular, descrever, analisar, interpretar e valorar os mesmos em um contexto de negociação.
1998	Gray	Enfatizou a questão da autoavaliação permanente, argumentando que a autovalorização, o auto-reconhecimento e a autodeterminação são fundamentais no processo avaliativo e na construção de uma imagem de dentro para fora. Trata-se da avaliação com poder ou avaliação como empoderamento (do inglês <i>empowerment</i>), no qual o processo adquire importância superior à da avaliação externa.

Fonte: RISTOFF, 2003

Trazendo uma visão mais ampla do conceito define-se a avaliação como o processo de descobrir a natureza e o valor de algo através do qual aprendemos sobre nós mesmos e nossos relacionamentos com os outros e com o mundo em geral. Claro, a avaliação não é uma definição, é um processo complexo e vital que faz parte de outro processo de formação mais amplo e complexo que chamamos de vida humana (PROPPE, 1990).

Esta concepção mais ampla do conceito de avaliação traz consigo o desafio de transcender o objetivismo e o relativismo. Isto pressupõe a necessidade de um novo paradigma. É aqui que a proposta de um paradigma dialético se encaixa. Este terceiro paradigma defende a ação, sob a forma de uma avaliação dialética, considerada como uma série de atividades que ajudam os participantes (incluindo o avaliador) a perceber, entender e reagir - com maior autoconhecimento, autenticidade e responsabilidade - às consequências de um processo que resultam da sua interação com o meio ambiente. Neste paradigma, é essencial recorrer ao contexto histórico e cultural de cada caso. A comunicação genuína, não autoritária, "para frente e para trás" é o principal objetivo e método dessas avaliações (PROPPE, 1990).

Considerada pelo paradigma dialético, a autoridade do avaliador sobre a ação está enraizada na possibilidade de todos os seres humanos em tornar-se em participantes completos na "ação comunicativa". Esta autoridade é atribuída ao avaliador apenas para desempenhar o papel de catalisador para um diálogo genuíno, ou seja, um processo dialético que transcende a duali-

dade do tema/objeto. Esta avaliação baseia-se no interesse pela emancipação de suposições escondidas ou condições humanas subjacentes, como "comunicação sistematicamente distorcida" (HABERMAS, 1984).

Esse debate epistemológico sobre a avaliação é um tema de longa data. Christie e Alkin (2008) explicam que as teorias ou abordagens de avaliação mudaram ao longo do tempo; mas, mesmo com a possibilidade de que mudanças podem ocorrer, é importante ter uma estrutura conceitual explícita. Tais estruturas ajudam a orientar os profissionais na escolha de uma abordagem, além de servir como valiosas ferramentas de ensino, oferecendo descrições comparativas e relacionais de tais abordagens (CHRISTIE; ALKIN, 2008).

Com a finalidade de explicitar essas abordagens e suas relações, Christie e Alkin (2008) desenvolvem uma análise da *Árvore de Teorias de Avaliação*. Na visão desses autores há três elementos básicos considerando as diferentes teorias de avaliação: uso, métodos e mensuração (CHRISTIE; ALKIN, 2008).

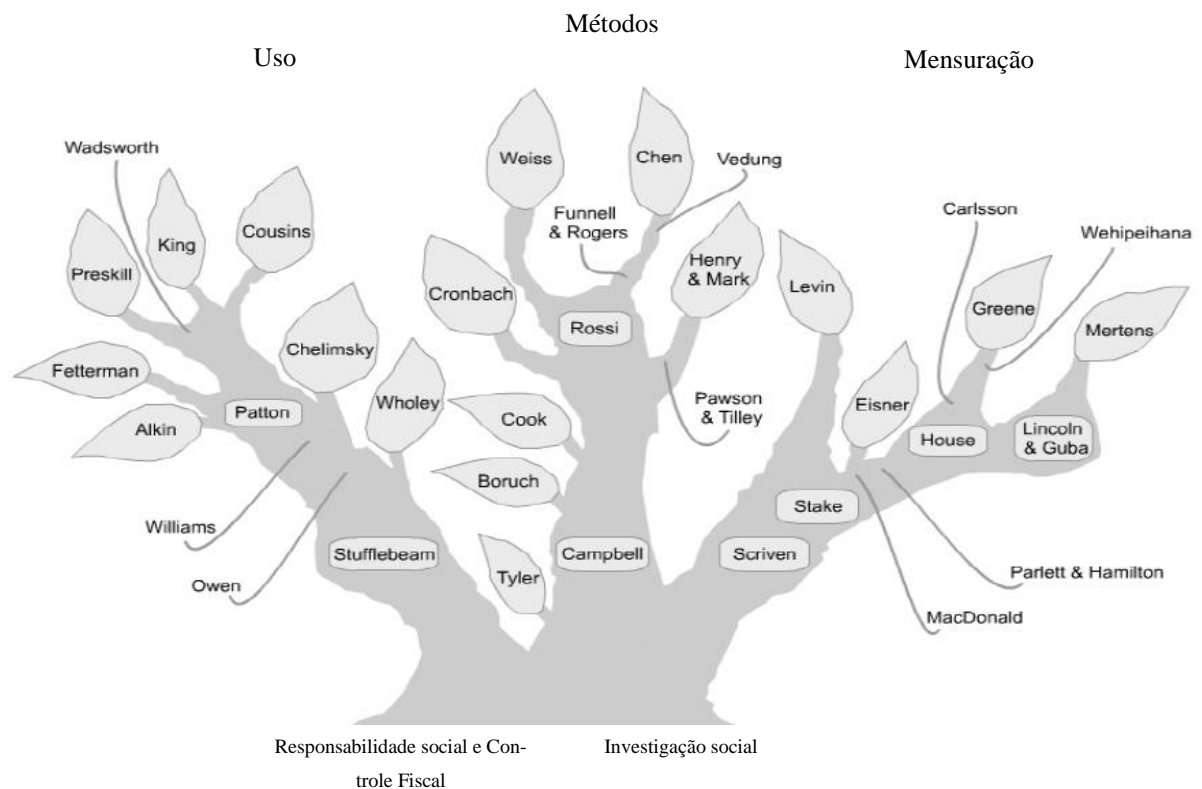
Os teóricos diferem na ênfase especial que eles colocam em uma ou outra dessas dimensões, que os autores se referem como "filiais" da teoria da árvore de avaliação (CHRISTIE; ALKIN, 2008). Assim, os teóricos são colocados sobre o ramo que melhor reflete sua abordagem principal, levando em consideração a combinação histórica e/ou a influência de outros autores prévios.

Embora o termo teoria é convencionalmente usado na literatura americana de avaliação, é mais adequado utilizar os termos abordagens ou modelos. "Teorias da avaliação" são quase exclusivamente prescritivas, isto é, elas oferecem um conjunto de normas, prescrições e proibições específicas de como um estudo de avaliação deve ser conduzido. Nenhuma das abordagens de avaliação é preditiva ou oferece uma teoria empírica. No entanto, existe uma convenção da literatura de avaliação para se referir a estas abordagens prescritivas como teorias, e assim também aos modelos descritos por Christie e Alkin como teorias e aqueles que desenvolveram esses modelos como teóricos (CHRISTIE; ALKIN, 2008).

Alkin e Christie analisam 27 abordagens de avaliação diferentes e classificam cada uma pelo seu foco principal em um dos três elementos essenciais de avaliação: uso, métodos e mensuração. Os autores postulam que todas as teorias prescritivas de avaliação têm questões relacionadas a: os métodos utilizados na avaliação, incluindo o desenho do estudo; a forma em que os dados são julgados e valorizados e por quem, e os subjacentes valores usados para fazer isso; e o uso do esforço de avaliação (CHRISTIE; ALKIN, 2008).

A árvore das teorias de avaliação é apresentada como tendo um tronco e três ramos principais. O primeiro ramo origina-se sobre as raízes fundamentais da responsabilidade e investigação social sistemática; nesse caso os teóricos estão mais preocupados com o uso da própria avaliação e as informações geradas a partir dela, e em quem vai usar a informação. O ramo meio da árvore cresce da raiz fundamental da investigação social, o foco principal dos teóricos que são colocados neste ramo é sobre modelos de desenvolvimento para a prática de avaliação baseados e derivados de métodos de pesquisa em ciências sociais. O ramo com foco nos valores incide sobre os teóricos que como uma característica central de suas teorias de avaliação consideram o processo de colocação de valor na avaliação como o componente essencial do trabalho de um avaliador (CHRISTIE; ALKIN, 2008).

Figura 7: Árvore das Teorias de Avaliação



Fonte: CHRISTIE; ALKIN, 2008; CARDEN; ALKIN, 2012

É de interesse deste trabalho o ramo de Mensuração que analisa as abordagens da linha de avaliação responsiva, abordagem teórica que estrutura esta pesquisa. Por este motivo este ramo recebe uma revisão mais substancial, especificamente dos autores que adotam esta abordagem.

Este ramo tem sido sempre o mais difícil de explicar em relação à sua evolução (CARDEN; ALKIN, 2012). É óbvio que o trabalho de Scriven tem influenciado significativamente. É Scriven que proclama que a avaliação não é avaliação sem valorizar; em suas palavras, a avaliação é a ciência da valorização (DONALDSON; SCRIVEN, 2003).

É o trabalho do avaliador fazer um juízo de valor sobre o objeto que está sendo avaliado. Este pensamento tem moldado e definido o campo. No entanto, este ramo também inclui o trabalho daqueles interessados em justiça social na avaliação, bem como aqueles que defendem a filosofia da subjetividade, ou seja, a afirmação de que não existe uma única realidade objetiva. Nesta abordagem os teóricos não estão somente preocupados com a valorização, mas sim com a ênfase sobre a medida em que valoriza a avaliação. Existe um debate sobre quais valores devem moldar a avaliação, por que e com que propósito (CHRISTIE; ALKIN, 2008, p. 133).

Examinando as perspectivas teóricas sobre o ramo mensuração no contexto da filosofia e da ciência, oferecem um entendimento de como entendemos essas perspectivas. Os axiomas básicos dos paradigmas pós-positivistas e construtivistas oferecem um quadro mais claro para categorizar ainda mais modelos de avaliação no ramo de mensuração (CARDEN; ALKIN, 2012).

Pós-positivistas reconhecem que toda observação é falível e tem erro. Onde positivistas acreditavam que o objetivo da ciência era descobrir a verdade, o pós-positivista acredita que o objetivo da ciência é a tentativa de medir a verdade, mesmo que essa meta não possa ser obtida. Construtivismo é um elemento do interpretativismo e ontologicamente assume uma postura relativista. Não existe uma única realidade, tangível, mas sim pode ter aproximações dela; existem apenas múltiplos, realidades construídas. Epistemologicamente, entende-se o construtivismo subjetivo como a única realidade, isto é, a única maneira que o desconhecido pode tornar-se conhecido é através de nossos próprios sistemas de crença, individualmente (CHRISTIE; ALKIN, 2008).

A visão realista que propõe Scriven sobre a valorização é reflexiva tanto do ponto de vista ontológico como epistemológico do paradigma pós-positivista (DONALDSON; SCRIVEN, 2003). Ele não argumenta contra a ideia de que devemos estar buscando uma verdade objetiva sobre o objeto que está sendo avaliado. Oferece o que ele acredita ser um método relativamente imparcial para a obtenção da verdade sobre o valor de um objeto, e então ressalta o papel do avaliador para fazer um juízo de valor após a coleta da evidência mais credível. Ele argumenta que o trabalho de avaliação está fazendo um juízo de valor sobre o objeto que está em estudo (CARDEN; ALKIN, 2012).

Além disso, ele não rejeita a ideia de usar experimentos para determinar a causalidade, mas argumenta que deve haver mais do que um método para determinar a causalidade (DONALDSON et al, 2008 apud CHRISTIE; ALKIN, 2008). O pensamento de Scriven empurrou o campo teórico a considerar a valorização como uma característica central de avaliação mais do que qualquer outro autor. Nesse sentido, ele se encontra na origem do ramo de Mensuração na base pós-positivista, como pode ser observado na Figura 7 (CHRISTIE; ALKIN, 2008; CARDEN; ALKIN, 2012).

O trabalho de Stake segue a linha do pensamento de Scriven, embora ele defenda o uso de "descrição detalhada" para avaliar o valor de um programa através do método de estudo de caso. O uso de método de estudo de caso introduziu a ideia de que o valor está ligado ao contexto e que os avaliadores devem considerar, indiscutivelmente, o contexto na determinação do valor. Foi a inclusão de Stake e a ênfase no método de estudo de casos e contexto do programa que provocou uma mudança realista aos modelos de investigação relativista na avaliação. Assim, Stake se constitui uma ponte entre a divisão das duas correntes do ramo de Mensuração (CHRISTIE; ALKIN, 2008).

Este ramo divide-se em dois sub-ramos: objetivista e subjetivista, que distingue as duas perspectivas fundamentais do processo de avaliação. O sub-ramo objetivista que se inclina para a esquerda é mais fortemente influenciado pela visão de Scriven. No sub-ramo denominado subjetivista que fica à direita, os teóricos ali colocados argumentam que a realidade é um processo contínuo e dinâmico e a verdade é sempre relativa a um determinado contexto de referência. Assim, a valorização deve ocorrer dentro do contexto e procurar compreender a sua subjetiva significância (CARDEN; ALKIN, 2012).

Christie e Alkin (2011) colocam Guba e Lincoln na base do braço construtivista para refletir a ontologia e epistemologia de sua perspectiva, que segue de perto os princípios básicos do paradigma construtivo. Seu modelo teórico serve como base para uma série de modelos que são influenciados pelos princípios do paradigma construtivista, três dos quais foram adicionados à Árvore das Teorias de Avaliação (CHRISTIE; ALKIN, 2008). Primeiro, o modelo democrático deliberativo de House e Howe (1999) é incluído como modelo próprio separado do trabalho de justiça social da House, que já está representado na árvore. A avaliação democrática deliberativa é baseada nos ideais do trabalho anterior de House sobre justiça social e foi influenciado pelos processos apresentados por Guba e Lincoln Avaliação de Quarta Geração (GUBA; LINCOLN, 2011).

Convém salientar que os três ramos da árvore das teorias de avaliação não devem ser vistos como independentes um do outro, mas sim foram desenhados de uma maneira que reflete

sua relação entre si. Assim, se a árvore estivesse em um espaço tridimensional, a extrema direita do ramo de avaliação focada na Mensuração se relacionaria (ou talvez até tocaria) com o lado esquerdo do ramo do Uso (CARDEN; ALKIN, 2012). É importante notar isto porque os teóricos da avaliação estão posicionados em cada ramo de uma maneira que reflete, não apenas a sua principal ênfase, mas também a geração de uma grande tendência de uma abordagem em particular. Assim, a natureza relacional dos três ramos e suas filiais ajudam a representar de uma maneira mais abrangente os teóricos e suas abordagens (CHRISTIE; ALKIN, 2008; CARDEN; ALKIN, 2012).

Assim entendemos que as diversas abordagens estão em constante evolução (RAMOS; SCHABBACH, 2012). A construção de processos avaliativos mais inclusivos e preocupados com o desenvolvimento abrangente da avaliação nos conduz na linha da avaliação responsiva e suas particularidades.

2.1.1 AVALIAÇÃO RESPONSIVA

Robert Stake (1975) cunhou o termo “avaliação responsiva” no início dos seus trabalhos acadêmicos na década de 1970. Deve-se aprofundar no entendimento desta teoria da avaliação como um processo de diálogo, construção e melhoria em que está envolvido um julgamento de valor enriquecido com essas características e em que estão envolvidas fases reconstrutivas de identificação e obtenção de informações, proposições de uso de informações para tomada de decisão e, ações operacionais para a implementação das decisões (STAKE; JDR 3RD FUND, 1975).

Trata-se de uma avaliação em que é realizada uma busca extensa dos sentidos e os significados da realidade do programa avaliado na esfera administrativa. A avaliação é concebida, em primeira instância, como o processo de compreensão do que é falado, vivido, percebido entre os elementos constitutivos do sistema, que definem a unidade lógica do sistema e caracteriza-o em relação ao seu contexto antecedente e conseqüente. Em segunda instância, é concebido como o sistema reconstrutivo que parte da auto-reflexão e auto-avaliação dos subsistemas em relação a si mesmos e sua inter-relação com os demais subsistemas e o sistema como um todo (BENÍTEZ FORERO et al., 2012).

Os critérios em uma avaliação responsiva são derivados dos problemas de várias partes interessadas. Os problemas surgem gradualmente através de um diálogo com as partes interessadas e devem estar relacionados com um sistema de valores subjacentes, a fim de facilitar as negociações e compreensão mútua. As partes interessadas são grupos de pessoas cujos interesses estão em jogo. Em uma avaliação responsiva os interessados devem participar ativamente

no processo de avaliação; eles estão envolvidos na formulação de perguntas, na seleção dos participantes e na interpretação dos achados (GREENE, 1997 apud ABMA, 2005). As partes interessadas se tornam parceiros ativos e iguais na avaliação. É importante sublinhar que se deve dar uma atenção deliberada à identificação das “vítimas” ou “vozes silenciadas” que fazem parte dos atores envolvidos no processo de avaliação (LINCOLN, 1993 apud ABMA, 2005).

Metodologicamente, esta pluralidade implica que o “design” emerge gradualmente em conversa com as partes interessadas. Além da identificação de problemas o avaliador deve criar condições para a interação entre as partes interessadas. Este é um processo deliberativo. Neste processo não apenas basta aceitar as crenças e convicções de cada um dos participantes, mas tem que explorar além do óbvio destas características visíveis. Escutar, sondar e dialogar são as características deste processo. As características centrais deste diálogo são abertura, respeito e inclusão (ABMA, 2005). Diálogo pode levar a um consenso, mas a ausência de consenso não é, no entanto, um problema; pelo contrário, as diferenças podem estimular um processo de aprendizagem muito rico (WIDDERSHOVEN, 2001 apud ABMA, 2005).

Além das habilidades analíticas usuais de um cientista social, um avaliador responsivo ágil requer habilidades interpessoais adicionais de negociação e comunicação (GUBA; LINCOLN, 2011). Todos os envolvidos, inclusive o avaliador, devem estar dispostos a compartilhar seu poder com outras partes interessadas, para gerar colaborações conjuntas mais horizontais (ABMA, 2005).

O avaliador responsivo deve estar disposto a substituir o papel de perito e adotar o papel de intérprete, facilitador, educador e guia socrático. O papel do intérprete indica que o avaliador tem que dotar de significados para as questões. O papel de educador se refere as explicações das várias experiências envolvidas aos grupos envolvidos. Facilitador refere-se à organização do diálogo e a criação das condições necessárias para que isto aconteça. No papel de guia socrático o avaliador irá sondar as ideias preconcebidas, os supostos de verdades definitivas e certezas, e trazer novos significados e perspectivas (SCHWANDT, 2001 apud ABMA, 2005).

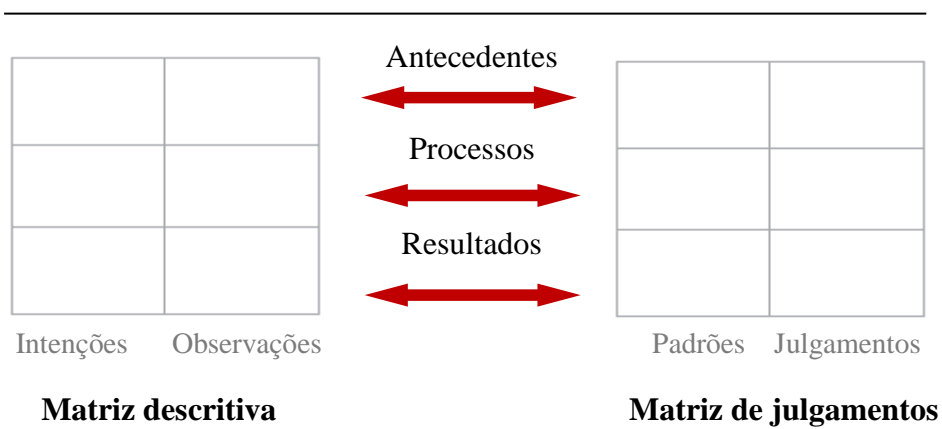
Como já foi explicado, um dos principais teóricos desta vertente de avaliação é o Robert Stake e sua principal contribuição é articular uma concepção de avaliação que reflete a complexidade e a particularidade dos programas educacionais, de modo que a avaliação atenda realmente aos problemas e questões dos professores (CHRISTIE; ALKIN, 2008). Em seu modelo, ele considera duas matrizes de dados que permitem a descrição e o julgamento, respectivamente. Cada uma dessas matrizes contém duas colunas: para a primeira (matriz descritiva) atribui as intenções e observações, para a segunda (matriz de julgamento) os padrões e julgamentos. Essas matrizes fornecem dados referentes aos antecedentes, processos e resultados.

O modelo de Stake tem como objetivo prioritário responder aos problemas e questões reais que apresentam os atores envolvidos ao desenvolver um programa, desta forma, o avaliador deve atender o que diferentes públicos querem saber, negociando com o cliente o que deveria ser feito. De acordo com Pérez (1993) para Stake, “a avaliação é eficaz (responsiva) se for orientada mais diretamente para as atividades do programa do que para as intenções do mesmo e se as diferentes perspectivas de valor presentes estão levadas em consideração ao informar sobre os sucessos e falhas do programa”. Entre as peculiaridades da avaliação responsiva estão as seguintes:

- a) Está orientado a descrever as atividades de um programa (principalmente educacional).
- b) Dá mais importância aos problemas do que às teorias.
- c) Toma em consideração as diferentes interpretações daqueles envolvidos no programa.
- d) Deve responder às necessidades de informação e ao nível de conhecimento daqueles interessados no programa.
- e) Fornece aos interessados a experiência completa do programa e envolve-os em suas análises e avaliações.

A consecução da informação nas diferentes fontes em busca de uma intersubjetividade perceptiva é reforçada por meio de ferramentas denominadas matrizes avaliadoras de Stake (Figura 8). Fonseca (2007) faz uma descrição das matrizes propostas por Stake (1975) de forma esquemática, essas abordagens são representadas da seguinte forma:

Figura 8: Matrizes avaliadoras de Stake



- Antecedentes, se referem à informação mais relevante sobre o histórico. São documentos coletados e relacionados durante a fase documental.
- Processos, são as reuniões com os atores envolvidos no contexto avaliativo. Eles são regulados pelos diferentes documentos regulatórios, se existissem.
- Resultados, obtidos na prática avaliadora. Eles determinam uma diferença impressionante na intencionalidade. O trabalho está orientado para o seu desenvolvimento em duas fases: documental e populacional, e deve permitir caracterizar as práticas de avaliação do objeto avaliado, levando em conta que um dos princípios da avaliação é a consulta de diferentes fontes ou públicos do processo de avaliação que ocorre. A caracterização é feita com base em informações, dados e fatos sistematicamente coletados e encomendados nos comunicados, diretrizes, regulamentos, normas e pesquisas aplicadas aos atores envolvidos, o que permite analisar a realidade do que acontece com as práticas de avaliação.

O estudo é configurado como avaliativo porque é necessário estabelecer um julgamento de valor dos níveis direta ou indiretamente envolvidos nos critérios e atividades de avaliação, e uma vez que a avaliação é essencialmente um processo analítico e descritivo, também deve ser processual quando percebido como um conjunto de fases, estágios, operações e funções sucessivas e em desenvolvimento, levando a um determinado resultado (FONSECA, 2007).

Este processo permitirá estabelecer significados e reconstruir a partir de seus próprios quadros de referência para alcançar momentos proposicionais para alcançar o consenso, no qual o diálogo é a mediação entre interpretação, recompensa e reflexão, no sistema de avaliação (PÉREZ, 1993).

Um dos princípios deste tipo de avaliação é a consulta de diferentes fontes ou públicos do programa em torno do processo de avaliação que é desenvolvido, portanto, é considerado pertinente usar os princípios da avaliação responsiva de Stake que propõe uma avaliação baseada em um método pluralista, flexível, interativo, holístico, subjetivo e orientado para o serviço. Este modelo propõe a observação da avaliação em seu ambiente natural, a consulta do público para compreender as diferentes percepções e elaborar transações em torno dos diferentes significados sociais (FONSECA, 2007).

Uma vez que a comunicação é um componente que atravessa todo o processo de investigação, a avaliação baseia-se nos princípios da ação comunicativa, que são desenvolvidos através da pragmática formal da palavra, onde esta última é um mecanismo de ação de coordenação entre os participantes. Isso significa que o uso da palavra, incluindo a dos textos escritos, partindo das categorias universais da linguagem para a compreensão (pragmática formal), permite

identificar a dimensão, as limitações e as possibilidades do processo avaliativo. Essa interpretação e compreensão são fundamentais para determinar o significado do sentido e do papel da avaliação no programa pela palavra usada. A crítica hermenêutica trata da interpretação que se torna necessária quando fragmentos do mundo da vida social se tornam problemáticos (FONSECA, 2007).

A avaliação de um programa implica um processo de avaliação além dos termos instrumentais em busca de resultados. A tendência dentro da perspectiva de avaliação que corresponde a essa suposição é a tendência que enfatiza o compromisso da avaliação e o avaliador com a melhoria dos programas e instituições. E, dentro desta tendência, se encontram os modelos considerados como holísticos, do tipo qualitativos e interpretativos, porque começam a partir de uma visão geral do programa que envolve na consideração a opinião daqueles que fazem parte dele (CHRISTIE; ALKIN, 2008).

A parte inicial do processo avaliativo correspondente ao diagnóstico, onde a estrutura essencial do modelo de Stake é desenvolvida, porque facilita a aquisição de informação em busca de uma intersubjetividade perceptiva que seja aprimorada através das ferramentas denominadas matrizes avaliadoras. Essas matrizes facilitam a coleta da informação e sua análise correspondente (STAKE, 1995).

Para isso uma base lógica que corresponda à dimensão teleológica é consolidada, ou seja, para o que se avalia? E é constituído em seu dever de ser ou ideal, com base em suposições teóricas existentes e concepções pedagógicas. Igualmente, é necessário investigar a dimensão ética, o por que se avalia? Uma vez que imprime o significado e razão de ser da avaliação (STAKE, 1995).

Nas palavras de Fonseca (2007) a elaboração de uma matriz descritiva tem como objetivo coletar informações sobre as práticas avaliativas desenvolvidas especificamente no programa. Para fazer isso, dois momentos devem ser estabelecidos: o das intenções e o das observações. Nas intenções, se analisam as fontes de dados de natureza documental que devem conter a informação que revela o “querer ser” do programa.

O momento das observações está orientado para outros achados dos atores do processo, das interações e das percepções do avaliador, esse momento corresponde à fase populacional, uma vez que a avaliação responsiva permite retornar como avaliador repetidamente nas ações que faz ajudando as audiências a melhorar e observar o que estão fazendo. Além disso, a matriz descritiva destina-se a fazer uma análise entre a idealidade, o querer ser e a realidade dos programas. Para isso, são estabelecidos três níveis: os antecedentes, as transações e os resultados

em que as dimensões epistemológicas, ontológicas, processuais, administrativas e empíricas da avaliação são questionadas (FONSECA, 2007).

Aprofundando no entendimento dos três níveis propostos por Stake é importante explicitar, na análise de Fonseca (2007), que o nível dos antecedentes consiste nas concepções políticas, normas existentes, metas e objetivos, recursos e outras condições textuais preexistentes à interação avaliadora, que definem a dimensão epistemológica da avaliação. Da mesma forma, inclui a definição de critérios que permitem a emissão de julgamentos e é constituída na dimensão ontológica e na normatividade institucional.

O nível dos processos é moldado pelas interações entre atores e recursos durante as práticas de avaliação, ou seja, responde a como avaliar, e fornece uma descrição do procedimento ao estabelecer a dimensão metodológica, determinar as estratégias e os instrumentos pelos quais a avaliação administrativa é feita, identificando quem avalia e quando avalia. O nível de resultados é constituído pelo: que avaliar ou quem avaliar, isto é, as conquistas que se deseja obter através dos indicadores que respondem por estes, o que corresponde à dimensão empírica da avaliação (FONSECA, 2007).

Em geral para Stake (1975), a avaliação responsiva é uma perspectiva na busca e representação da qualidade em um programa. É uma atitude em vez de uma receita ou modelo. Ser responsivo significa orientar-se para a experiência pessoal ao estar lá, sentindo a atividade, a tensão, conhecendo as pessoas e seus valores. Depende muito da interpretação pessoal. Seu desenho é desenvolvido lentamente, com uma adaptação contínua do propósito da avaliação e uma coleta de dados em conjunto com o avaliador familiarizado com o programa e seu contexto (STAKE; JDR 3RD FUND, 1975).

Alguns críticos apontam, ao se referir a avaliação responsiva, que as principais vantagens são dar maior importância às atividades do que aos propósitos do programa e responder às necessidades de informação e ao nível de conhecimento daqueles interessados no programa. Entre as suas desvantagens estão a pouca precisão de seus dados, não fazer distinção entre descrição e análise e minimizar a função política de avaliação (FONSECA, 2007).

Esta abordagem se constitui na base do desdobramento de muitos outros modelos de avaliação preocupados com os mesmos princípios de inclusão, representatividade e particularidades sociais e culturais (CARDEN; ALKIN, 2012). Se encontra na Avaliação Culturalmente Responsiva uma proposta ainda mais abrangente e de maior interesse para esta pesquisa.

2.1.2 AVALIAÇÃO CULTURALMENTE RESPONSIVA

Guba e Lincoln (2011) derivam seus aportes teóricos da vertente de avaliação responsiva de Stake e distinguem quatro gerações no desenvolvimento histórico da avaliação: medição, descrição, julgamento e negociação. “Medição” inclui a coleta de dados quantitativos. “Descrição” refere-se à identificação das características ou políticas de um programa. “Julgamento” é a avaliação da qualidade de um programa com base numa comparação entre as normas e os efeitos reais. O termo “negociação” caracteriza a essência da avaliação responsiva em concordância com os conceitos anteriormente apresentados (GUBA; LINCOLN, 2011). Esta evolução da vertente teórica de Stake permitiu que outros autores continuassem desenvolvendo e aperfeiçoando a avaliação responsiva até chegar em processos ainda mais sensíveis com o entorno avaliado, os atores e suas particularidades. É neste cenário que se desenvolve a Avaliação Culturalmente Responsiva ou CRE (por sua siglas em inglês *Culturally Responsive Evaluation*) (HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

De acordo com Thomas e Parsons (2017), nos últimos 15 anos houve um debate dentro da comunidade de avaliação sobre a importância das questões culturais, o contexto, o pluralismo e sua inclusão nos processos avaliativos, tanto na teoria como na prática (THOMAS; PARSONS, 2017).

A CRE propõe uma estrutura holística para a avaliação centralizada na cultura (FRIERSON et al, 2010 apud HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015). Esta corrente teórica rejeita a avaliação livre de cultura e reconhece que valores e crenças culturalmente definidos estão no cerne de qualquer esforço de avaliação. A avaliação deve ser projetada em valores e crenças e executada de forma culturalmente responsiva de acordo com contextos específicos (HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

A CRE defende a inclusão da cultura e contexto cultural tanto na teoria de avaliação como na prática. Hopson, um dos principais teóricos expoentes da CRE, expressou da seguinte forma:

CRE é uma posição teórica, conceitual e inerentemente política que inclui a centralidade e a [sintonização] da cultura na teoria e na prática de avaliação. Ou seja, CRE reconhece que as dimensões demográficas, sociopolíticas, locais e contextuais, além das perspectivas e características da cultura são fundamentalmente importantes no processo de avaliação (HOPSON, 2009, p. 431).

Ao examinar os componentes da CRE, a cultura é entendida como um corpo cumulativo de comportamento aprendido e compartilhado, valores, costumes e crenças comuns a um de-

terminado grupo ou sociedade. Assim, uma avaliação é culturalmente responsiva ao levar plenamente em conta a cultura do objeto de estudo que está sendo avaliado (FRIERSON et al, 2002, p. 63 apud HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

A CRE dá uma atenção especial aos grupos historicamente marginalizados, buscando trazer equilíbrio e equidade para o processo de avaliação. Raízes teóricas relevantes incluem epistemologias indígenas, teoria da defesa social e teoria crítica da raça (HOPSON, 2009).

Para entender melhor a CRE vamos analisar sua evolução e consolidação teórica e prática. O início histórico da CRE se origina com as pesquisas de Stafford Hood, bem como as contribuições significativas de outros na área de avaliação nos últimos dez a quinze anos. Hood usou pela primeira vez o termo "avaliação culturalmente responsiva" em sua apresentação em uma comemoração em maio de 1998 em homenagem a Robert Stake e seus trabalhos em avaliação responsiva (STAKE; JDR 3RD FUND, 1975). A descrição de Hood de "avaliação responsiva de estilo Amistad" anexou o conceito de "responsividade" explicitamente às diferenças culturais, enfatizando a importância do compartilhamento de experiências vividas entre os avaliadores/observadores e as pessoas que pretendem ser avaliadas e observadas (HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

Os parâmetros teóricos da CRE foram traduzidos em diretrizes práticas por Frierson, Hood e Hughes (2002) e Frierson, Hood, Hughes e Thomas (2010). Estes foram desenvolvidos através de interações de oficinas (por exemplo, Hopson, 2013; Hopson e Casillas, 2014; Hopson e Kirkhart, 2012; Kirkhart e Hopson, 2010) e aplicações práticas (por exemplo, Jay, Eatmon e Frierson, 2005; King, Nielsen e Colby, 2004; LaFrance e Nichols, 2010; Manswell Butty, Reid e LaPoint, 2004; Thomas, 2004). CRE não consiste em uma série única de etapas separadas de outras abordagens de avaliação, os detalhes e o diferencial da CRE estão em como as etapas da avaliação são realizadas. A CRE é conduzida de forma a gerar informações precisas, válidas e com compreensão cultural (apud HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

Os avaliadores devem se preparar para entrar em uma determinada comunidade, vizinhança ou organização; eles têm a responsabilidade de se educar. A CRE requer atenção especial ao contexto em que a avaliação será conduzida. Isso inclui a história do local, do programa e das pessoas. No processo de CRE os avaliadores são observadores em relação aos estilos de comunicação e relacional. Desta maneira o avaliador conseguirá identificar quais são as dimensões da diversidade mais salientes dentro desta comunidade e como a liderança é distribuída, tanto formal quanto informalmente; que relações são valorizadas ou privilegiadas e quais são desencorajadas ou proibidas (THOMAS; PARSONS, 2017).

Os autores Hood, Hopson e Kirkhart (2015), além disso afirmam que os avaliadores da CRE devem estar conscientes das maneiras pelas quais a cultura oferece oportunidades ricas no processo de avaliação e de suas próprias localizações culturais em relação à comunidade, incluindo experiências anteriores, suposições e vieses. Esses entendimentos apoiam a formação de uma equipe de avaliação apropriada. O coletivo de experiências de vida dos membros da equipe CRE devem promover uma conexão genuína com o contexto local. Embora isso possa incluir semelhanças demográficas entre avaliadores e membros da comunidade, a composição da equipe não se reduz a um exercício simplista de “correspondência”.

Os avaliadores do CRE devem trabalhar para modelar e cultivar um clima de confiança e respeito entre as partes interessadas. Para este fim, é importante que hajam papéis e atividades significativas para o engajamento de todos os participantes; somente a representação das lideranças é insuficiente e enviesado (MATHIE; GREENE, 1997).

As partes interessadas são pessoas envolvidas em uma comunidade, organização ou programa, sua avaliação é em virtude de seu papel dentro desse cenário, levando em conta seus valores, ganhos ou perdas dentro desse contexto avaliado. Nem todas as partes compartilham o mesmo interesse pelo processo avaliativo. Os avaliadores da CRE devem procurar reunir um grupo diversificado de pessoas direta e indiretamente afetadas, representantes da comunidade, beneficiários e/ou a população envolvidas. Só assim, consegue-se criar possibilidade de um diálogo com equidade e justiça social, por isto os avaliadores da CRE têm que incluir partes interessadas de diferentes status ou com diferentes tipos de poder e recursos (HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

Tanto a preparação dos avaliadores quanto o engajamento das partes interessadas ajudaram a refinar os resultados da avaliação, incluindo os limites do que será e não será examinado. Porque uma dada avaliação pode ter mais de um propósito e nem todos eles são conhecidos. Os avaliadores precisam dedicar tempo para compreender as diferentes aspirações e como isso poderia beneficiar o programa, organização ou comunidade (BOWEN; TILLMAN, 2015).

Um ponto crucial na avaliação é chegar a um acordo sobre quais questões devem ser respondidas e como elas devem ser priorizadas. Tem contextos em que algumas questões são culturalmente inadequadas, nesta fase se identifica o que é que as partes interessadas procuram aprender (LAFRANCE; NICHOLS, 2009 apud HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015). Tanto o foco quanto a redação de perguntas ou declarações de intenção são críticos para definir se a avaliação está no caminho certo. É preciso definir se a avaliação focará nas necessidades e pontos fortes da comunidade, na operação diária do programa, no uso apropriado e equitativo

dos recursos, no progresso de resultados pretendidos ou na eficácia geral. CRE tem uma particular atenção com as perspectivas dos destinatários do programa e da comunidade na elaboração das questões (THOMAS; PARSONS, 2017).

O processo de revisão e refinamento das questões de avaliação requer um diálogo crítico entre as partes interessadas na CRE. Avaliadores da CRE trabalham com as partes interessadas em refletir sobre nuances de significados e como diferentes expressões de intenção podem limitar ou expandir o que pode ser aprendido com uma avaliação. Este trabalho é fundamental para estabelecer entendimentos claros e assegurar que a avaliação abordará as preocupações das diversas partes envolvidas. Isso inclui chegar a um acordo sobre as questões mais importantes a serem respondidas com os recursos disponíveis (HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

Intimamente relacionado ao enquadramento de perguntas ou declarações de aprendizagem está a questão do que será aceito como evidência confiável para formular respostas. O diálogo entre as partes interessadas pode revelar perspectivas sobre o que “conta” como evidência confiável. Isso é importante para os avaliadores que devem manter o equilíbrio entre as diversas perspectivas, dando começo a fase metodológica (HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

A metodologia de uma avaliação de CRE é responsivo ao contexto; não é ditado por a abordagem CRE em si. Os projetos CRE são congruentes com as questões a serem respondidas, a evidência é validada pelas partes interessadas e os valores culturais representados no cenário. Estes geralmente incluem um período de tempo, a fim de construir as relações necessárias para estabelecer confiança (BOWEN; TILLMAN, 2015).

Um dos benefícios da avaliação centrada na cultura é que ela impulsiona o avaliador a refletir sobre normas estabelecidas e olhar para isso com uma nova luz. Mas também algumas preocupações quanto à validação acompanharam o desenvolvimento da CRE nas suas primeiras aparições como avaliação culturalmente responsiva. Em termos gerais, resultados válidos devem sua exatidão ou confiabilidade baseados em evidências e ações. Para a CRE o conceito de validade em si deve ser expandido e reposicionado para abordar as principais características da CRE (HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

A validade deve ser entendida como verdadeiramente multicultural, aberta a perspectivas anteriormente marginalizadas (KIRKHART, 1995 apud HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015), e deve ser reposicionada para centralizá-la na cultura para que todas as definições de valorização sejam entendidas como culturalmente localizadas. Kirkhart (1995; 2005) defende

uma visão de validade que reflete múltiplas interseções culturais. Ela usa o termo validade multicultural não para especificar um novo tipo de validade, mas para sugerir que a validade é um construto expansivo que pode ser entendido a partir de múltiplas perspectivas, incluindo aquelas historicamente marginalizadas (apud HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

Outro ponto crítico da CRE é o rigor de seus processos. Entendendo rigor tipicamente ao cumprimento de padrões rígidos de pesquisa metodológica (JOHNSON et al, 2008 apud HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015). Embora o rigor científico possa servir a vários propósitos que promovem a compreensão e, finalmente, beneficiar a comunidades ou grupos sub-representados, definições estreitas de rigor científico podem comprometer a validade de dados culturalmente responsivos. Esta preocupação foi analisada a quase três décadas por Guba e Lincoln (1989) quando eles advertiram que critérios de rigor fundamentados no pós-positivismo são inadequados na tarefa de avaliar a qualidade dos processos de avaliação, tem que se desenvolver um melhor senso de definições de rigor e de critérios. Esse entendimento apresenta dois desafios para o rigor na CRE: determinação de parâmetros precisos de rigor e definição de critérios fixos e pré-ordenados (HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

O primeiro desafio surge da relação implícita do rigor à precisão. Valores de precisão fixos, muitas vezes estreitamente definidos são limites que refletem um posicionamento positivista de verdades singulares. Definições afiadas e especificações exatas são vistos como precisos e corretos, enquanto entendimentos singulares e holísticos são assumidos como imprecisos ou incorretos. Uma perspectiva tão estreita sobre o rigor não serve para CRE. Para que a avaliação seja sensível à cultura e ao contexto, deve incluir uma visão ampla, tomando significados não só a partir do preciso, mas também do holístico e expansivo, por exemplo, a história e visão de mundo das pessoas que fazem parte na avaliação. Restringindo a gama de visão da metodologia de avaliação em nome do rigor enfraquece o processo, em vez de apoiar entendimentos válidos (HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

Esta reflexão teórica sobre a validade e rigor no processo de CRE reflete nos princípios centrais da sua teoria, bem como na identidade do avaliador culturalmente responsivo e sua responsabilidade e capacidade de resposta (HOPSON, 2009). Estes princípios dão forma e sentido a metodologia adotada nesta pesquisa, entendendo a CRE como um processo cíclico, muitas vezes levantando novas questões que iniciam outro ciclo de avaliação. Para os avaliadores da CRE, essas questões abertas têm potencial para melhoria social e mudança positiva, portanto, é extremamente importante (HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

3 MÉTODO

Neste capítulo se detalham os aspectos metodológicos adotados no trabalho, iniciando pela caracterização da pesquisa, seu caráter qualitativo e construtivista; assim como o modelo de análise utilizado para construir as categorias avaliativas, validadas através dos procedimentos metodológicos aqui descritos.

Além disso, se detalham os métodos e técnicas que permitem operacionalizar a pesquisa, encontrando nos grupos focais e na construção do discurso do sujeito coletivo as ferramentas necessárias para atingir os objetivos propostos.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa tem um viés qualitativo que abraça amplamente a abordagem de avaliação culturalmente responsiva. Conforme reflete Minayo (1992) a abordagem qualitativa é a que se aplica no estudo de elementos e situações que envolvem a história, as relações, as representações, as crenças, as percepções/opiniões, os produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito do modo como vivem, como constroem seus artefatos e a si mesmos, como sentem e como pensam. Ainda que possa ser usada para estudos de aglomerados de grandes dimensões, as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos (MINAYO, 1992, p. 57).

A reflexão feita por Minayo (1992) define claramente a abrangência procurada pela avaliação culturalmente responsiva, permitindo ao pesquisador debruçar-se nas particularidades do contexto do objeto de estudo. Além disso, os métodos qualitativos são apropriados para ganhar um *insight* nas experiências e complexidade do nosso mundo social (THOMAS; PARSONS, 2017).

Neste sentido, a avaliação culturalmente responsiva requer a participação do maior número de interessados possível, sem a preocupação com a quantificação estatística, mas sim com a saturação das ideias. Este tipo de evidência é importante porque aumenta a compreensão do comportamento humano; promove o pensamento holístico, oferece informações contextuais e traz a perspectiva do coletivo. Os dados qualitativos são mais do que apenas 'meras opiniões', porque eles são gerados de forma sistemática (ABMA, 2005).

A CRE, como parte evoluída da abordagem de avaliação responsiva, é uma forma de investigação disciplinada e usa estratégias de verificação internas, tais como o desenvolvimento de uma proposta de pesquisa e design em termos de atividades de investigação previstas e uma

indicação das partes interessadas, sendo o objetivo trabalhar ao ponto de 'saturação', tendo um esforço de coesão metodológica (ABMA, 2005).

Para atingir os objetivos a pesquisa é exploratória, visto que procura acrescentar dados e conhecimento sobre a avaliação da associatividade. Além disso, pode-se afirmar que tem caráter indutivo, ou seja, parte da construção coletiva de primeira fonte para se apoiar em fundamentos e abordagens teóricas da avaliação de fenômenos particulares (QUIVY; CAMPENHOUDT; CORRES AYALA, 2017).

3.2 MODELO DE ANÁLISE

O ponto de partida do modelo de análise é entender que os dados não falam por si mesmos, eles recebem voz de quem os interpreta. Para o pesquisador que adota a CRE, entender o contexto cultural é necessário para conseguir fazer uma interpretação dessa realidade. As partes interessadas podem ser envolvidas como revisores para auxiliar na interpretação, responder a rascunhos e sugerir explicações alternativas (HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

Os dados podem ser examinados em busca de evidências de resultados não intencionais, positivos ou negativos. A existência de resultados positivos não intencionais pode expandir a compreensão dos benefícios ou vantagens, enquanto os resultados não intencionais negativos sugerem advertências importantes que devem ser consideradas para evitar danos (THOMAS; PARSONS, 2017).

Levando em consideração estas indicações próprias da CRE, deve-se partir da construção dos conceitos relacionados à pesquisa; esses conceitos permitem levantar indicadores, que associados aos objetivos, consegue-se determinar os instrumentos de coleta de dados. O modelo de análise contempla três níveis: conceito ou objetivo, dimensão teórica e indicadores, podendo ainda incluir níveis intermediários (QUIVY; CAMPENHOUDT; CORRES AYALA, 2017). Neste sentido, se desenvolve o modelo de análise que pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3: Modelo de Análise

Objetivo	Dimensão Teórica	Fases do processo	Indicadores
A partir da abordagem de avaliação culturalmente responsiva, dispor de um modelo de avaliação da associatividade do setor de artesanato da cidade de Santa Cruz de la Sierra – Bolívia	Avaliação culturalmente responsiva	Fase 1: Construção de categoria avaliativas (parâmetros e indicadores)	Construídos coletivamente
		Fase 2: Validação analítica do modelo CRE construído na Fase 1	Modelo de Avaliação CRE da associatividade do setor de artesanato

Fonte: Elaboração própria, 2018

O processo de operacionalização da pesquisa se divide em 2 fases, na primeira delas a construção das categorias avaliativas será um trabalho coletivo seguindo os critérios e rigor da CRE, na segunda fase validar o modelo de avaliação e obter os resultados que o objetivo geral da pesquisa visa atingir.

3.3 MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADAS

Com a finalidade de cumprir com os requerimentos metodológicos aprimorados na CRE foram identificadas vantagens na utilização de grupos focais que refletem a pluralidade de opiniões, particularidades e diversidade cultural dos membros das associações. Seguindo a premissa que determina que os avaliadores da CRE devem procurar focar seus esforços num grupo diverso de pessoas afetadas, direta e indiretamente, pelo fenômeno a ser avaliado. Desta maneira, criar oportunidades para um diálogo equitativo e justo, garantindo a inclusão de partes interessadas de diferentes status ou com diferentes tipos de poder e recursos (HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

Os grupos focais oferecem a flexibilidade metodológica para conseguir um coletivo diverso e representativo das associações alvo desta pesquisa. Através do uso da técnica do discurso do sujeito coletivo visa-se construir, em um primeiro momento, o marco referencial das percepções, positivas e negativas, que os próprios membros das associações têm do processo associativo; a partir deste ponto identificar e hierarquizar as categorias avaliativas que darão forma e conteúdo ao modelo de avaliação proposto, para posteriormente validá-lo, usando estes mesmos instrumentos, e obter um modelo ajustado às particularidades culturais das associações de artesanato de Santa Cruz de la Sierra.

3.3.1 GRUPOS FOCALIS

Em uma avaliação responsiva, tem-se que estar ciente das relações de poder, formais e informais, entre as lideranças e os membros da associação, e entre os próprios membros. Deve-se tentar dar voz às pessoas e grupos que são menos poderosos. Dar voz significa criar um espaço seguro para as pessoas expressarem as suas questões e preocupações, e desta forma incluir a representação de diferentes vozes nos relatórios de avaliação. A melhor maneira para fazer isto é organizar grupos homogêneos, nos quais as pessoas com a mesma posição no sistema podem trocar experiências (ABMA, 2005). É importante gerar um clima de discussão aberta e de diálogo com envolvimento ativo de tantas partes como for possível, desta forma o debate minimiza a possibilidade de polarização e de domínio de uma das partes, permitindo aos participantes dar “voz” a sua própria realidade (THOMAS; PARSONS, 2017).

Com essas premissas os grupos focais oferecem a possibilidade de concertar um diálogo inclusivo e abrangente. Levando em consideração que o principal deve ser ouvir e aprender a respeito de um tema a partir dos participantes. Por esse motivo a importância da seleção dos participantes, como destaca Gondim (2003), esta seleção deve estar baseada, primariamente nos objetivos da pesquisa, visto que a composição do grupo tem implicação direta nos resultados obtidos (apud PAIXÃO, 2012).

Nesse sentido, e para garantir a qualidade do conhecimento gerado, Guba e Lincoln (2011) introduziram os critérios de credibilidade, autenticidade e validação: a credibilidade das interpretações nos olhos dos participantes como uma estratégia de validação exige que os respondentes recebam interpretações do grupo. A partir de uma perspectiva hermenêutica, interpretação requer pré-compreensão, que assume a forma de preconceito. Este prejuízo deve, no entanto, estar aberto a correções. A qualidade do processo depende, em parte, do poder de equilíbrio criado (ABMA, 2005).

Sendo a principal fonte de dados desta pesquisa, os grupos focais são considerados autorreferentes, de acordo com a classificação feita por Morgan (1998) (apud Paixão 2012). Cabe sublinhar que este instrumento, com todas as vantagens e desvantagens que possui, oferece o caminho metodológico adequado para entender as particularidades culturais do contexto no qual as associações de artesãos se desenvolvem em Santa Cruz de la Sierra.

3.3.2 DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

A técnica do discurso do sujeito coletivo (DSC) se caracteriza por buscar reconstituir as representações sociais preservando a sua dimensão individual articulada com a sua dimensão coletiva. O DSC é uma forma de metodologicamente resgatar e apresentar as realidades sociais obtidas de pesquisas empíricas. Nessas, as opiniões ou expressões individuais que apresentam sentidos semelhantes são agrupadas em categorias semânticas gerais. Essas categorias são esquemas sócio cognitivos, ou seja, modos socialmente compartilhados de conhecer, ou representar e interagir com o mundo e a vida cotidiana, presentes nos atores sociais de uma dada formação social e que revelam consciência possível de tais atores em determinado momento histórico (LEFEVRE; LEFEVRE, 2014).

O diferencial da metodologia do DSC é que a cada categoria estão associados os conteúdos das opiniões de sentido semelhante presentes em diferentes depoimentos, de modo a formar com tais conteúdos um depoimento síntese, redigido na primeira pessoa do singular, como se tratasse de uma coletividade falando na pessoa de um indivíduo (LEFEVRE; LEFEVRE, 2014).

Os DSCs são opiniões individuais que, ao passarem pelo crivo analítico do pesquisador - o que exige o uso das operações de abstração e conceituação - são transformadas em produtos cientificamente tratados, mantendo, porém, as características espontâneas e reconhecíveis como tal, da fala cotidiana. A resultante final de uma pesquisa como o DSC (um painel de depoimentos coletivos) é um constructo, um artefato, uma descrição sistemática da realidade e uma reconstrução do pensamento coletivo como produto científico (LEFEVRE; LEFEVRE, 2014).

Três figuras metodológicas são importantes para a confecção dos Discursos dos Sujeitos Coletivos: as expressões-chave, as ideias centrais e as ancoragens. As expressões-chave são trechos, pedaços, transcrições literais do discurso de cada indivíduo, que representam a essência do seu depoimento. Assim, um discurso individual pode conter uma ou mais expressões-chave. As ideias centrais representam, de maneira sintética, precisa e fidedigna o sentido de cada conjunto homogêneo de expressões-chave, sendo categorias ou agrupamentos. Dessa forma, pode-se trabalhar com várias ideias centrais. A ancoragem está relacionada com uma ideologia, uma crença, uma manifestação linguística explícita de uma dada teoria professada pelo indivíduo que condiciona e da forma as falas dele (LEFEVRE; LEFEVRE, 2005, 2010 apud PAIXÃO, 2012). Para esta pesquisa as ancoragens não serão consideradas por questões de simplificação do método; encontrando nas expressões-chave e nas ideias centrais ferramentas suficientes para a construção do modelo de avaliação.

Tais histórias coletivas refletem ou carregam códigos narrativos socialmente compartilhados; por isso, é possível com os conteúdos e os argumentos dos diferentes depoimentos que apresentam sentido semelhante, construir, na primeira pessoa do singular, uma narrativa verossímil, ou seja, uma história aceitável para um indivíduo culturalmente equivalente aos pesquisados. Enquanto depoimentos coletivos e narrativas socialmente compartilhadas os DSCs traduzem o modo como as realidades sociais são “metabolizadas” por uma sociedade, um grupo, uma cultura determinada (LEFEVRE; LEFEVRE, 2014).

3.4 OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

Além das próprias ferramentas ou instrumentos, os procedimentos também devem ser responsivos ao contexto cultural; isso se aplica igualmente a coleta de dados, sejam estes qualitativos ou quantitativos. O acesso a dados de indivíduos ou grupos que possuam informações valiosas devem seguir um protocolo respeitoso e culturalmente apropriado (HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

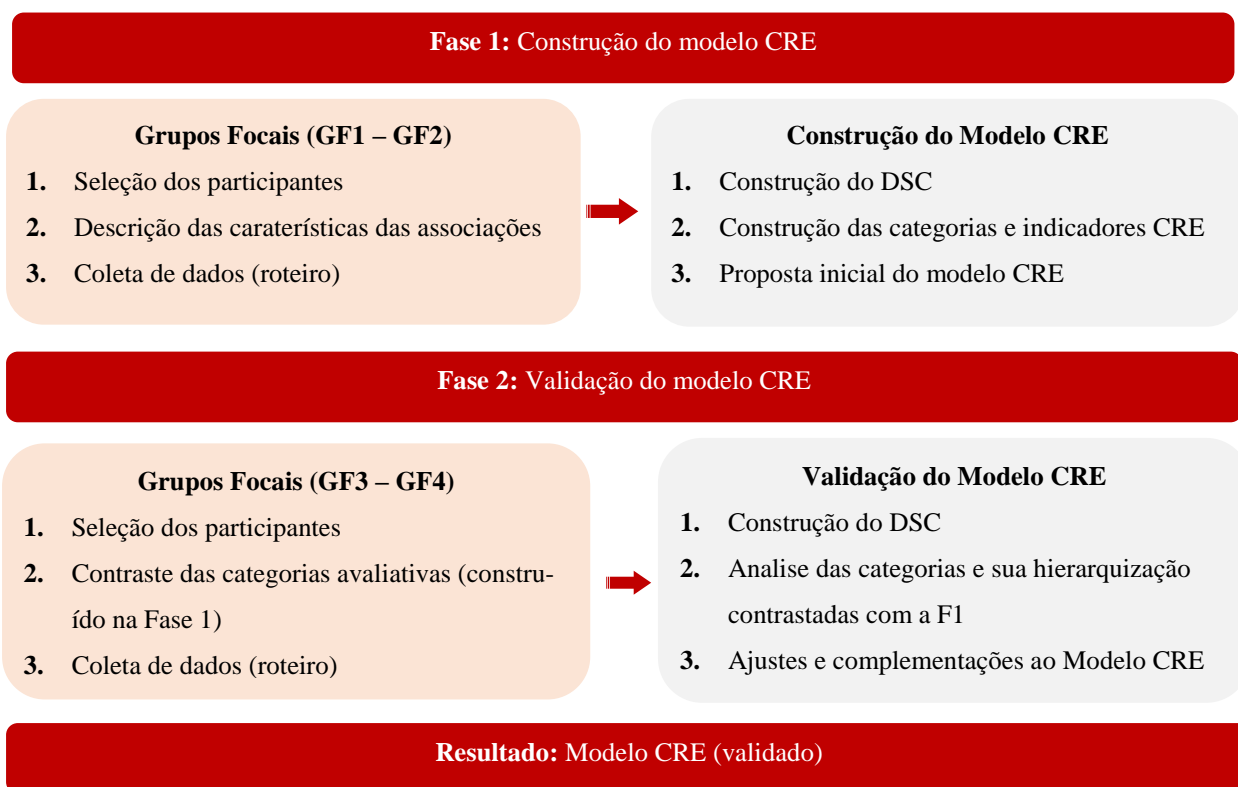
É necessário tempo para estabelecer confiança e garantir que a participação seja voluntária e a informação livremente compartilhada, neste sentido a coleta de dados tem um processo

de acompanhamento prévio que permite ao pesquisador se envolver no contexto cultural das associações, suas dinâmicas internas e externas (mercado).

No momento da coleta de dados não basta ter treinamento no uso de instrumentos e técnicas metodológicas, mas é preciso conhecer o contexto cultural e as particularidades de expressão (escrita, oral e não verbal) dos indivíduos avaliados. Compartilhando a experiência vivida entre o avaliador e as pessoas que prestam informação na CRE se gera uma comunicação confiável e suporte válido de entendimentos (HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

Assim, foi desenvolvida uma estrutura integrada de coleta de dados, sistemática e coletivamente construída em duas fases interdependentes, como pode-se ver na Figura 9.

Figura 9: Estrutura da coleta de dados



Fonte: Elaboração própria, 2018

A Fase 1 permite a identificação das categorias e indicadores ponderados pelas associações participantes dos grupos focais, e através do DSC construir a proposta inicial do Modelo CRE, contextualizando as relevâncias culturais de maior impacto que ajudaram a identificar e categorizar os indicadores e parâmetros do modelo de avaliação culturalmente responsivo. Este modelo construído na Fase 1 é validado na Fase 2, onde outras associações de artesãos serão

contrastadas com as categorias avaliativas propostas na Fase 1 para validar o Modelo CRE da associatividade do setor de artesanato de Santa Cruz de la Sierra.

3.4.1 COLETA DE DADOS

O design de avaliação tipicamente mapeia as fontes de dados que serão acessadas para coletar informações (incluindo pessoas, documentos ou outras fontes arquivísticas e bancos de dados), os intervalos de tempo necessário, os meios pelos quais os dados serão coletados e analisados (HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

Seguindo essa lógica metodológica a coleta de dados foi desenhada em duas fases operativas desenvolvidas em um período de 5 meses (julho a novembro de 2018), onde mediante o uso da técnica e método dos grupos focais e DSC se acessa a informação de primeira fonte para a construção do modelo de avaliação culturalmente responsiva e sua posterior validação.

a) Fase 1 – Construção do modelo CRE: As associações com as quais foi desenvolvida esta pesquisa requerem ser legalmente estabelecidas e reconhecidas pelo órgão governamental correspondente. Esse requisito de legalidade é o ponto de partida para a seleção das associações de artesãos selecionadas para fazer parte dos grupos focais, as quais foram acompanhadas para conhecer as nuances culturais de suas atividades internas e externas.

Esse acompanhamento prévio tem relevância no momento de entender o contexto cultural, social, político e econômico no qual as associações de artesanato de Santa Cruz de la Sierra desenvolvem sua atividade produtiva.

Nesta Fase 1 foram realizados 2 grupos focais, onde foram incluídos os presidentes, ou lideranças, de 4 associações de artesanato, mas também membros regulares das mesmas 4 associações. Esta preocupação com a inclusão desses atores responde a premissa de confrontar critérios e conceitos de diferentes esferas de poder como propõe a abordagem de avaliação responsiva (ABMA, 2005). Na Tabela 4 pode-se observar a seleção feita de associações obtidas da base de dados oficial do Departamento de Santa Cruz (2018).

Tabela 4: Seleção de associações Fase 1

Associação	Personalidade Jurídica	Participantes
Asociación de artesanos “UNARCRUZ”	R.A. 290/2017	3
Asociación de artesanas “Mujeres Líderes”	R.A. 314/2012	3
Hombres Nuevos	R.A. 418/2008	3
Unión de Artesanos de la Tierra “UNIARTE”	R.A. 317/2005	3

Fonte: GADSC, 2018

As associações que participaram desta fase são de diversos setores produtivos, UNAR-CRUZ se constitui em uma associação multisetorial agrupando produtores de tecidos, bijuteria, madeira e couro; no caso da associação de artesãs “Mujeres Líderes” trata-se de uma sociedade exclusiva de mulheres produtoras de alimentos, cerâmicas e bijuterias; Hombres Nuevos já visa um inclusão mais ampla do espectro produtivo, abordando setores do artesanato ligados as artes, pintura, música e escultura, sendo uma associação integrada por homens e mulheres de idades diversas; por último UNIARTE, traz uma proposta de standardização da sua oferta de artesanato estabelecendo padrões de qualidade e desenho aos seus membros na produção de peças de madeira, cerâmica, pintura e outros.

Os participantes distribuíram-se em 2 sessões de grupos focais (GF1 e GF2), quer dizer, cada sessão com 6 integrantes de 2 associações, de ambos os sexos, diferentes idades (entre 25 e 60 anos) e diversos subsetores produtivos dentro do setor de artesanato, foram feitos convites para cada associação participantes (Apêndice A). Desta maneira se obtém dados de um coletivo diverso e representativo do contexto cultural e produtivo onde se desenvolve a avaliação (HOPSON, 2009).

Tanto o GF1 como o GF2 seguiram um roteiro preestabelecido para nortear a discussão e atingir os objetivos da pesquisa. Este roteiro tem a flexibilidade e abertura exigidas pela metodologia da CRE, conforme tabela abaixo. As perguntas norteadoras foram apresentadas em formato de slides que podem-se observar no Apêndice B.

Tabela 5: Roteiro Fase 1 (GF1 e GF2)

Momento	Objetivo	Questões norteadoras
Introdução a dinâmica do GF, apresentações e início da discussão do contexto cultural	Apresentar o tema e iniciar a discussão no grupo	1. Existe uma avaliação da associatividade? Justifique 2. Quais aspectos culturais positivos são mais sobressalentes? 3. Quais os aspectos culturais negativos?
Discussão sobre categorias e indicadores relevantes da associatividade (positivos e negativos)	Levantar os indicadores e parâmetros da CRE	4. Quais os aspectos que devem ser avaliados nas associações?
Discussão sobre a estrutura de um modelo avaliativo	Propor um modelo de avaliação culturalmente responsivo	5. Priorize os 3 aspectos mais importantes para avaliar. Justifique com detalhe
Resumo – o moderador sintetiza as informações para fechar a discussão sem deixar nenhuma ideia ou conceito sem explicação	Sintetizar os dados coletados de maneira integra, clara e precisa	6. Após o resumo das informações coletadas, existe algum ponto adicional que gostariam de complementar?

Fonte: Elaboração própria, 2018

Uma vez coletadas as informações de fonte primária através dos GFs 1 e 2, foi utilizada a técnica e rigor do DSC, que permite a concentração de ideais individuais em uma narrativa unificada que representa a percepção, opinião e rasgos culturais da coletividade (LEFEVRE; LEFEVRE, 2014), para definir o contexto cultural das associações a partir das percepções, positivas e negativas, que foram identificadas. A seguir se constrói a estrutura do modelo CRE fazendo uma hierarquização das categorias avaliativas formuladas através dos indicadores e parâmetros sinalizados nos GFs.

Este modelo CRE da associatividade é o *input* elementar para dar início a Fase 2 da pesquisa de campo e desta maneira atingir o objetivo final deste trabalho.

b) Fase 2 – Validação analítica do modelo CRE da associatividade: O modelo CRE construído na Fase 1 se propõe avaliar a associatividade do setor de artesanato desde a ótica das próprias associações, para isso este modelo construído na Fase 1 é contrastado na Fase 2 com a finalidade de validar as categorias avaliativas, a partir de uma interação com outro grupo de associações, respondendo ao caráter analítico, e não estatístico, da validação. Assim, foram selecionadas 4 associações diferentes, mas seguindo os mesmos critérios de seleção adotados anteriormente.

Tabela 6: Seleção de associações Fase 2

Associação	Personalidade Jurídica	Participantes
Asociación de artesanos en miniatura “Chiriguano”	R.A. 287/2018	3
Unión de Artesanos Cruceños	R.A. 188/2017	3
Asociación de Artesanos 25 de diciembre	R.A. 543/2015	3
Asociación de Artesanos Productores de Santa Cruz APROCRUZ	R.A. 059/2014	3

Fonte: GADSC, 2018

A associação “Chiriguano” trabalha sob a proposta de esculturas em miniatura em diferentes materiais: madeira, metal e pedra, utilizando técnicas de produção ancestral que resgatam o valor cultural de cada peça; no caso da Unión de Artesanos Cruceños trata-se de um grupo heterogêneo de artesões, multisetorial e com acesso a quase todos os mercados locais, esta é uma das maiores associações de artesãos de Santa Cruz de la Sierra; a associação 25 de dici-

embre representa uma associação nova e com poucos membros, incluem produtores de cerâmicas, bijuterias e couro, tem uma estrutura muito mais flexível e ainda em construção. APRO-CRUZ é uma outra associação muito populosa, muito antiga e multisetorial.

Da mesma forma que na Fase 1, os participantes distribuíram-se em 2 sessões de grupos focais (GF3 e GF4), cada sessão com 6 integrantes de 2 associações, de ambos os sexos, diferentes idades e diversos subsetores produtivos dentro do setor de artesanato convidadas diretamente para participar desta pesquisa (Apêndice A). Seguindo um roteiro de perguntas estruturado de acordo com o modelo CRE da associatividade que observa-se no Apêndice C.

Tabela 7: Roteiro Fase 2 (GF3 e GF4)

Momento	Objetivo	Questões norteadoras
Introdução a dinâmica do GF, apresentações e início da discussão	Apresentar o tema e objetivo da discussão ao grupo	1. Partindo de um processo de avaliação da associatividade, quais aspectos culturais positivos são mais sobressalentes? 2. Quais os aspectos culturais negativos?
Apresentação e discussão das categorias avaliativas do modelo CRE	Contrastar as categorias avaliativas do modelo CRE	3. Qual sua opinião das categorias do Modelo CRE apresentado? 4. Qual hierarquia mais adequada para essas categorias?
Resumo – o moderador sintetiza as informações para fechar a discussão sem deixar nenhuma categoria de avaliação sem explicação	Sintetizar os dados coletados de maneira integra, clara e precisa	5. Após o resumo das informações coletadas, existe algum ponto adicional que gostariam de complementar?

Fonte: Elaboração própria, 2018

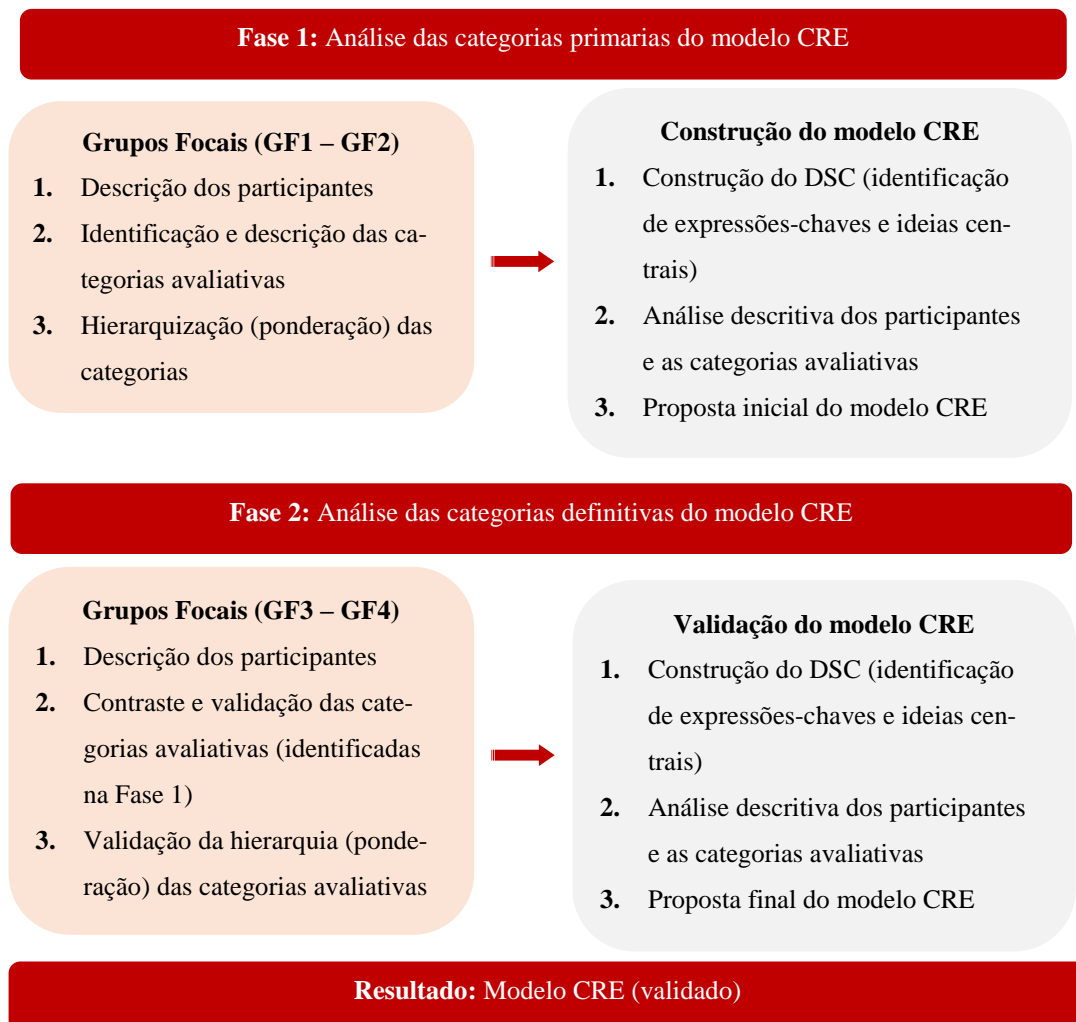
A Fase 2 com seus GFs 3 e 4, e através do uso do DSC, permitiu validar o modelo CRE da associatividade construído na Fase 1 (Tabela 10, pag. 68). Os resultados deste processo de validação, seus nuances e aspectos culturais, são apresentados no Modelo CRE onde se detalham as categorias estabelecidas, os principais indicadores da associatividade e a ponderação de cada um deles.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Após a coleta de dados e seguindo o modelo de análise (Tabela 3) foram obtidos resultados práticos que, seguindo os critérios e método da abordagem CRE, permitiram a identificação e descrição das categorias avaliativas que dão forma e conteúdo ao modelo CRE da associatividade do setor de artesanato de Santa Cruz de la Sierra.

Para fazer uma análise mais detalhada e rigorosa dos dados obtidos é feita uma divisão da análise em duas fases (da mesma forma em que foi feita a coleta de dados), como observar-se na Figura 10.

Figura 10: Esquema de análise de dados



Fonte: Elaboração própria, 2018

Como observa-se na Figura 10 as duas fases definidas para a análise dos dados estabelecem o procedimento para à construção do DSC como ferramenta metodológica para a descrição dos participantes como ponto de início para entender os aspectos culturais que

contextualizam a construção do modelo CRE; a continuação a identificação e descrição das categorias avaliativas que definem e agrupam os indicadores que devem ser avaliados, para encerrar com a hierarquização e ponderação destas categorias, seguindo a análise de frequências e conteúdo do DSC.

4.1 CONSTRUÇÃO DO MODELO CRE

A construção do modelo CRE, como é proposto na Figura 10, envolve três momentos determinantes: identificar, descrever e hierarquizar as características culturais dos participantes e as categorias avaliativas através da construção do DSC para chegar na proposta inicial do modelo CRE.

4.1.1 DESCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES (FASE 1)

O seguimento das atividades das associações de artesanato de Santa Cruz de la Sierra prévio a seleção dos participantes dos GF1 e GF2, foi uma tarefa decisiva para compreender o ambiente no qual estes produtores desenvolvem seu trabalho e observar os nuances da dinâmica social, econômica e política que determina a cultura associativa do setor. Isto com a finalidade de responder à realidade cultural da população e não fazer caso omisso das influências e das complexidades culturais que poderiam pôr em risco a pesquisa (THOMAS; PARSONS, 2017).

Neste sentido, observou-se que uma prática comum nesse setor produtivo são as feiras de bairro onde cada artesão expõe e vende seus produtos, constituindo-se este cenário o principal lugar onde estes produtores conseguem comercializar os produtos de maneira periódica (semanal e mensalmente). Conhecendo a importância que representa o acesso a estes espaços físicos das feiras, a associatividade se manifesta como o meio pelo qual os produtores conseguem acessar estes espaços. É o lugar onde as relações interpessoais agem e as lideranças, formais e informais, se impõem.

Esse processo de acompanhamento das associações feito como uma etapa preliminar de aproximação e contextualização da realidade socioeconômica dos artesões e as informações coletadas no GF1 e GF2 permitiram observar particularidades culturais dos integrantes das diversas associações de artesanato seguindo o roteiro proposto para este fim, expondo as questões norteadoras: Existe uma avaliação da associatividade? Justifique. Quais aspectos culturais positivos são mais sobressalentes? Quais os aspectos culturais negativos?

Usando o DSC foram identificadas as ideias centrais mais relevantes na Tabela 8.

Tabela 8: Ideias Centrais e suas frequências (Fase 1)

Ideias Centrais	Freq. Abs.	Freq. %	Freq. % Acum.
Apoio público-privado ao setor de artesanato	22	39,3%	39,3%
Características requeridas para novos membros da associação	13	23,2%	62,5%
Alianças e sinergias intra-associação	10	17,9%	80,4%
Barreiras culturais e regionais	6	10,7%	91,1%
Questões de gênero	5	8,9%	100,0%
Total	56	100%	-----

Fonte: Elaboração própria, 2018

A falta de apoio público-privado ao setor tem marcado uma tendência nos últimos anos, gerando uma atitude de rejeição coletiva. Esta característica identificada se traduz em comportamentos protecionistas das associações que visam desenvolver atividades individuais gerando condutas e comportamentos competitivos e muitas vezes negativos com a concorrência (outras associações de artesanato).

Quadro 2. DSC IC: Apoio público-privado ao setor de artesanato

Não existe nenhum tipo de apoio ao setor de artesanato, de uns anos atrás até a atualidade o número de atividades organizadas para o setor diminuiu até quase desaparecer, as organizações públicas e as autoridades esqueceram de apoiar quem mais os necessita que somos os pequenos produtores, o Governo Departamental e Municipal diz que não tem recursos (dinheiro) para fazer mais feiras ou oficinas de capacitação; a ajuda técnica que recebíamos foi cortada e ficamos sem atividades de capacitação de nenhum tipo. Assim também, as instituições privadas não querem saber de nós; as câmaras (de comércio, exportadores e outras) nos fecharam as portas. Por tudo isso, nós os artesãos já não esperamos apoio público ou privado, nos (artesãos) organizamos e planejamos nossas próprias atividades ao interior da nossa associação, muitas vezes até brigando com outras associações pelos espaços, datas de feiras e auspícios.

Fonte: Elaboração própria, 2018

A origem étnico, regional e cultural, além das ideologias políticas são fatores determinantes para a escolha de novos membros, e mais importante ainda, para a escolha das lideranças. Expressões que respaldam esta afirmação foram feitas tanto no GF1 como no GF2, como pode-se observar no DSC:

Quadro 3. DSC IC: Características requeridas para novos membros da associação

É importante conhecer, e ter uma referência, das pessoas que querem fazer parte da associação. Tem muitas pessoas que vem de outras partes do país, com outra cultura e costumes, e querem impor essa cultura ao interior da associação, sem respeitar a cultural regional. Todas as pessoas que querem fazer parte da associação deveriam respeitar a nossa identidade cultural e regional e não tentar impor a deles. Tudo isso tem uma forte influência política, muitas dessas pessoas são parte de certo partido político e só querem desestabilizar a organização das associações de artesanato e nossas atividades. Na hora de decidir a inclusão de um novo membro não sabemos com certeza quais as intenções dele, por isso é importante que alguém possa referenciar essa pessoa.

Fonte: Elaboração própria, 2018

Existem alianças, apoios e sinergias entre os artesãos, membros de uma mesma associação, por afinidades pessoais sem levar em considerações aspectos comerciais ou estratégias de mercado. Como afirmam participantes do GF1 e do GF2:

Quadro 4. DSC IC: Alianças e sinergias intra-associação

Sempre precisamos do apoio dos colegas da associação, os mais novos (como membros da associação) não conhecemos como se desenvolvem as atividades da associação, por isso os mais experientes nos direcionam e ajudam para ter melhores resultados nas feiras. Estas alianças se fazem por afinidades pessoais, entre amigos, porque nem todo mundo quer te ajudar; a amizade nem sempre é a mesma com todos os colegas e os mais amigos são aqueles que te colaboram em todo momento, muitas vezes dando um espaço em uma feira ou emprestando algum material necessário nessa hora.

Fonte: Elaboração própria, 2018

No caso dos produtores indígenas, onde a barreira idiomática está presente na hora de interagir nas reuniões da associação, identifica-se que este fator cultural afeta de maneira negativa o desenvolvimento destes membros no interior da associação, gerando, em alguns casos, problemas na cadeia produtiva. Esta particularidade cultural foi explícita para os participantes dos GFs:

Quadro 5. DSC IC: Barreiras culturais e idiomáticas

Alguns colegas da associação são membros de etnias regionais e não falam o espanhol certo, esta situação dificulta a comunicação na hora de definir algumas atividades nas reuniões da associação, por este motivo muitos deles desistem de continuar participando da associação. Estas diferenças culturais fazem difícil nos entender e afeta nosso trabalho, algumas vezes demorando a entrega de encomendas ou na produção sequencial de alguns produtos que se trabalham em diferentes lugares.

Fonte: Elaboração própria, 2018

Uma maioria considerável dos artesãos que participam das feiras produtivas são mulheres, sendo elas as próprias produtoras dos bens comercializados, fato evidenciado ao interior das associações. Mas ironicamente, a maioria das associações de artesanato tem representantes homens, este dado é relevante porque se constitui em uma evidencia de um rasgo cultural, reflexo da própria sociedade, adotado pelas associações de artesanato: o patriarcado das instituições. Este ponto foi debatido nos GFs 1 e 2 como se manifesta no DSC.

Quadro 6. DSC IC: Questões de gênero

Todos os membros da (nossa) associação são mulheres, como a maioria das associações de artesanato de Santa Cruz de la Sierra a maioria de seus membros e produtores são mulheres. Somos mulheres as que produzimos, vendemos e nos organizamos, mas a maioria das associações estão lideradas e representadas por homens, por costume, tradição, a nossa sociedade é assim.

Fonte: Elaboração própria, 2018

Todas essas características culturais, sociais e políticas das associações estabelecem o marco responsivo sobre o qual foram identificadas as categorias do modelo de avaliação. O caráter culturalmente responsivo adotado estabelece que o cenário, e suas particularidades, culturais são o ponto de partida para o processo avaliativo (THOMAS; PARSONS, 2017); assim, as características expostas permitem uma compreensão de maior complexidade do fenômeno avaliado (HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

4.1.2 IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS AVALIATIVAS

O desenvolvimento dos GF1 e GF2 foi programado e executado seguindo os parâmetros estabelecidos pela metodologia adotada e o roteiro estabelecido; para a identificação das categorias foram colocadas as seguintes questões: Quais os aspectos que devem ser avaliados nas associações? Priorize os 3 aspectos mais importantes para avaliar. Justifique com detalhe.

Nesta primeira fase foram identificadas 6 categorias avaliativas em ambos os grupos focais (GF1 e GF2). Através da metodologia do DSC foram descritas as categorias em função da identificação das Ideias Centrais, sua frequência absoluta (o número de vezes que esta ideia foi manifestada pelos participantes) e a frequência acumulada que permite considerar o peso dos discursos individuais nas categorias do modelo proposto.

Tabela 9: Categorias da Fase 1 e suas frequências

Ideias Centrais	Freq. Abs.	Freq. %	Freq. % Acum.
Papel do artesão	15	30,0%	30,0%
Exclusividade dos membros da associação	11	22,0%	52,0%
Liderança e representação	9	18,0%	70,0%
Normatização interna e externa	7	14,0%	84,0%
Processo seletivo dos membros da associação	5	10,0%	94,0%
Gestão patrimonial	3	6,0%	100,0%
Total	50	100%	-----

Fonte: Elaboração própria, 2018

Na Tabela 9 observa-se os dados coletados e processados no GFs 1 e 2, as ideias centrais que definem as categorias identificadas, a frequência absoluta dos discursos coletados e as porcentagens que representam. Estes dados dão forma conceitual e hierárquica ao modelo CRE de avaliação da associatividade.

A partir da análise das ideias centrais, foi possível estabelecer os critérios conceituais das categorias identificadas. Assim, estas categorias são definidas da seguinte maneira:

a) Papel do artesão: Um dos principais debates entre os artesãos de Santa Cruz de la Sierra é a definição do conceito de artesão, qual o papel que este agente criador, produtor e vendedor de produtos desenvolve num entorno particular, onde a concorrência é agressiva.

A principal diferença identificada é a concepção elementar de artesão como aquele que produz, com suas mãos, um bem ou serviço que carrega um valor cultural e artístico; e não aquele que compra produtos exógenos do entorno cultural e comercializa-os nos mesmos espaços (feiras) como se estes fossem produção local.

Quadro 7. DSC IC: Papel do artesão

A primeira questão a resolver é o que entendemos por artesão, é preciso diferenciar um produtor de artesanato, que trabalha com as próprias mãos, que produz alguma coisa com criatividade e inovação, e um vendedor de “bijuterias chinesas”; esses produtos (externos) podem ter um melhor preço e acabamento mais não podem ser chamados de artesanato porque não se identificam com nossa cultura e identidade. Não é possível concorrer, em igualdade de condições, com pessoas que comprem produtos acabados e compartilhem os mesmos espaços (mercados) que são nossos, que foram conquistados com nosso suor e esforço. Contraditoriamente, muitas associações (de artesanato) aceitam esses vendedores como se fossem artesões e eles são simples comercializadores que compram mercadorias ao varejo e vendem nos mesmos espaços (que nós) como se fosse sua própria produção, esse é nosso principal problema com a concorrência, nem nós mesmos sabemos quem é artesão e quem não.

Fonte: Elaboração própria, 2018

b) Exclusividade dos membros da associação: Não existe uma norma que proíba os membros de uma associação fazer parte de outra (ou outras) associação de artesanato. Esta situação gera desconforto entre vários membros que observam este comportamento como uma falta de lealdade e como uma filtração de informação, muitas vezes, estratégica para a comercialização de produtos nas feiras semanais ou mensais das quais participam.

Os espaços disponíveis nestas feiras produtivas são altamente competitivos, este o motivo pelo qual muitos artesãos optam por integrar mais de uma associação simultaneamente, para desta forma poder participar da maior quantidade de eventos onde vender os seus produtos.

Claro está que a exclusividade dos membros, uma vez normatizada, é um dos indicadores que determina maior associatividade no setor. Eliminaría o clima negativo que gera este fluxo informal de informação e os vieses comportamentais que envolve, como inveja, geração de conflitos, rivalidade, outros.

Quadro 8. DSC IC: Exclusividade dos membros da associação

Outro problema para as associações são essas pessoas que fazem parte de várias associações de artesanato, fazendo fofoca e compartilhando informação sobre atividades e feiras que a associação “x” vai fazer em tal local; lamentavelmente não existe uma norma que proíba a participação em várias associações, em alguns casos se fala com essas pessoas, mas mesmo assim elas participam nas atividades de outras associações. O pior é que eles avisam ao “pessoal de fora” (membros de outras associações) sobre as feiras que estão sendo organizadas, ai eles (outras associações) chegam e querem fazer parte da mesma atividade, aproveitando o trabalho já feito. Claro que muitos destes artesãos somente querem participar da maior quantidade de feiras possível porque é o único espaço para vender seus produtos, mas esta situação é enxergada como uma deslealdade ao interior da associação. É preciso acabar com isso porque muitos membros acabam saindo da associação para não ter que lidar com estes reclamos e problemas.

Fonte: Elaboração própria, 2018

c) Liderança e representação: Outra categoria a se considerar é a percepção da liderança como fator chave que influencia diretamente a associatividade no setor. Levando em consideração que muitas vezes a liderança não se encontra precisamente no representante formal da associação, mas sim em algum outro membro.

Vários indicadores positivos foram identificados como desejáveis no papel do líder (representante) da associação, entre eles: coragem, confiança, equidade, experiência no setor, habilidade na resolução de conflitos, poder de convencimento e influência, capacidade de *lobby* comercial e político, conhecimento da estrutura institucional de Santa Cruz de la Sierra.

Se bem as lideranças que se perpetuam no poder de uma associação durante muitas gestões são mal vistas, os membros valorizam a rotação do poder; isto constitui-se em um fator atraente e positivo para a associatividade do setor, aproveitando da diversidade de experiências e contribuições das diversas lideranças, formais e informais, transformando-se em capital social do setor. As eleições na maioria dos casos são feitas de maneira democrática com a participação de todos os membros da associação, mas tem casos onde a nomeação do representante formal é feito de maneira arbitrária e sem nenhum procedimento estabelecido, esta situação gera desconforto e, em algumas ocasiões, o afastamento de membros.

Quadro 9. DSC IC: Liderança e representação

É importante, também, falar dos nossos representantes, eles são uma das coisas que mais se valorizam na hora de decidir fazer parte de uma associação, mas nem sempre o presidente (representante oficial da associação) é quem lidera, quem toma as decisões importantes e que conhece as pessoas certas para conseguir benefícios para a associação. É muito importante que o presidente seja conhecido nas instituições públicas como o Governo Departamental e na Prefeitura, mas também deve ter contatos nas câmaras e instituições de apoio, além disso o representante deve ser uma pessoa que saiba resolver conflitos entre os membros da associação, que seja corajoso na tomada de decisões e assim transmitir confiança para todos; também é preciso de uma pessoa equitativa para não favorecer só os “amiguinhos”, se não a todos os membros, desse jeito ele vai ter maior credibilidade e influencia ao interior da associação. Por último, a eleição dos representantes deve ser clara para evitar que alguns fiquem no poder mais tempo do necessário, assim dar oportunidade a todos de liderar sua associação, porque alguns (representantes) ficam eternamente no poder ou são nomeados sem nenhum procedo eleitoral ou democrático.

Fonte: Elaboração própria, 2018

d) Normatização interna e externa: O caráter informal dos processos organizativos das associações de artesanatos se vem espelhados na ausência de normas internas que regulamentem o atuar dos membros das associações. Além da ata de conformação da associação, muitas delas, não possuem nenhum outro documento normativo que regule seu funcionamento, suas atividades, eleição de representantes, resolução de conflitos ou a incorporação, ou expulsão, de membros.

Este gerenciamento carente de uma estrutura normativa gera muitos problemas que afetam negativamente a associatividade do setor, observando que este fator, sempre, é um tema em andamento, mas nunca concluído.

Esta situação se traduz, também, no ambiente externo. Não existe nenhum tipo de normativa que regularize as atividades das quais as associações participam, gerando conflitos intra e interassociações.

Quadro 10. DSC IC: Normatização interna e externa

A falta de normas que estabeleçam como atuar em determinadas situações é um problema ao interior da associação. Muitas das nossas associações nascem de grupos informais que decidem se organizar e esse caráter informal continua ao interior da associação após sua fundação, por este motivo não existem regulações para seu funcionamento, para a eleição do presidente, quando brigamos e temos problemas e até para expulsar alguém. Mas esse assunto (a regulação interna) é um tema pendente, que em algum momento iremos a solucionar. Esta situação também ocorre do lado de fora, ninguém regula as atividades das associações, é uma luta de poder sem quartel, sem lei.

Fonte: Elaboração própria, 2018

e) Processo seletivo dos membros da associação: Não existe um procedimento estabelecido para a seleção, e avaliação, dos potenciais membros da associação. A maioria deles chega através de algum membro com maior antiguidade ou referenciado por algum outro artesão que participa dos mesmos eventos.

A falta de um procedimento para a seleção de novos membros gera alguns problemas ao interior da associação, e em alguns casos até o abandono da associação de outro membro com maior antiguidade. Além disso, a decisão torna-se uma questão ditatorial do representante da associação, quem, em ultimas instancias, determina a afiliação, ou não, do novo integrante. Esta situação é observada como altamente negativa para o processo associativo e como um dos principais motivos de dissidência entre os membros ativos.

Quadro 11. DSC IC: Processo seletivo dos membros da associação

Não existe um procedimento estabelecido para receber novos sócios na associação, eles aparecem por algum contato, família, amizade, vizinhos de bairro ou até pessoas que nem sabem fazer nenhum trabalho artesanal, porém querem ter um espaço para vender alguma coisa. Como não existe uma regra clara, escrita, para avaliar essas pessoas que desejam fazer parte da nossa associação a decisão acaba sendo tomada pelo presidente sem conhecer a opinião dos outros membros, isso dá problema, tem muitos colegas que já saíram da associação por conta disso.

Fonte: Elaboração própria, 2018

f) **Gestão patrimonial:** Uma vez constituídas as associações de artesãos começam a desenvolver atividades periódicas de planejamento, organização e execução de atividades que procuram um bem comum. Estas atividades geram benefícios econômicos, além das taxas de adesão pagas por cada membro da associação de maneira mensal; estas taxas são determinadas ao interior da associação e são de administração própria da diretoria.

O gerenciamento destes recursos econômicos, assim como a compra de ativos de propriedade da associação, são fatores determinantes que afetam a associatividade de maneira positiva ou negativa. Por este motivo foram identificados indicadores para avaliar a gestão patrimonial: a distribuição da renda, o reinvestimento em atividades ou ativos da associação e os gastos administrativos e de representação.

Quadro 12. DSC IC: Gestão patrimonial

Todo o dinheiro gerado ao interior da associação deve ter um gerenciamento transparente, porque esse dinheiro é de todos nós, o que seja feito com ele como comprar materiais ou participar de alguma atividade deve se decidir de maneira coletiva, se não podem ocorrer problemas e brigas entre os colegas.

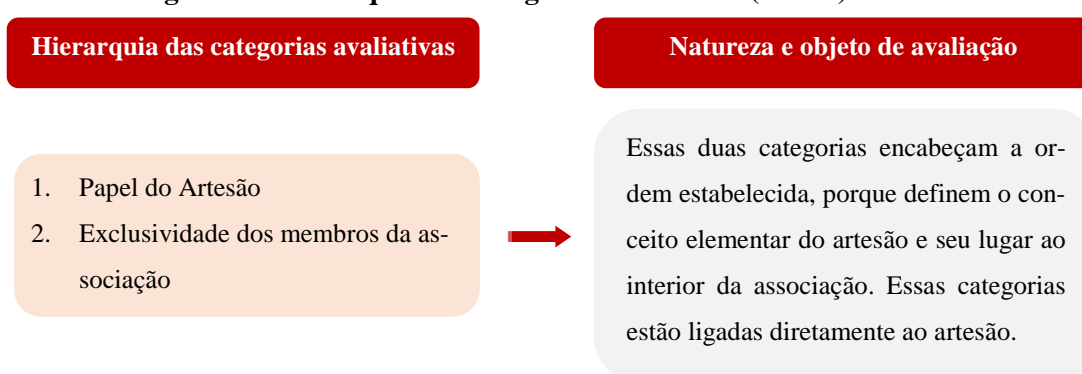
Fonte: Elaboração própria, 2018

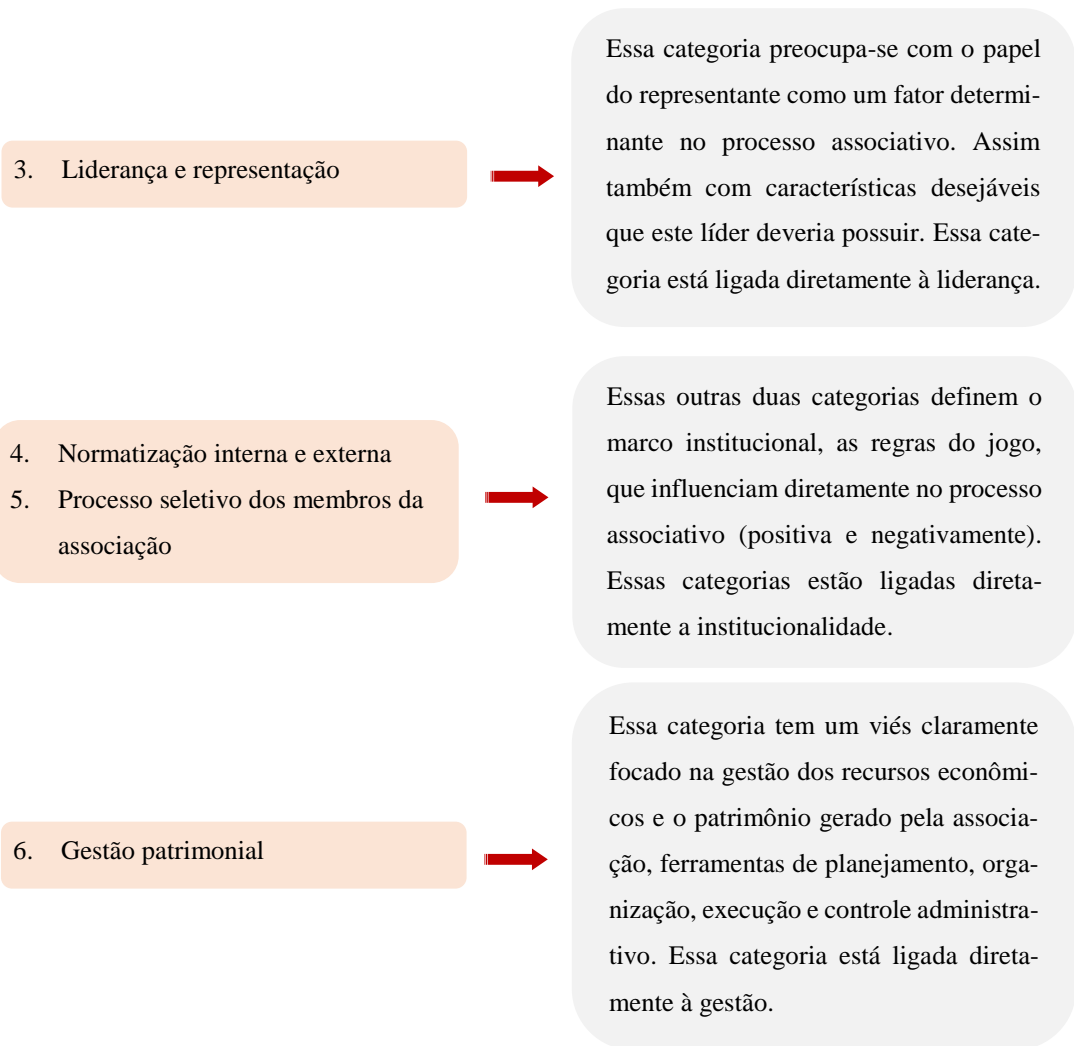
4.1.3 HIERARQUIZAÇÃO DAS CATEGORIAS AVALIATIVAS

Após identificar e descrever detalhadamente as categorias avaliativas, o DSC e análise das frequências absolutas e acumuladas permitiu hierarquizar e ponderar cada uma delas. Isto com o objetivo de dar forma ao modelo de avaliação proposto, entendendo que certas categorias tem uma relevância maior do que outras em função dos dados obtidos nos grupos focais.

A primeira tarefa desta fase é aglomerar categorias em função da sua natureza e objeto de avaliação. Neste sentido se obtêm a hierarquia que se observa na Figura 11.

Figura 11: Hierarquia das categorias avaliativas (Fase 1)





Fonte: Elaboração própria, 2018

A hierarquização das categorias permite ter um pano de trabalho mais ordenado para a construção do modelo avaliativo, essa ordem ajuda a definir maior ou menor importância das categorias descritas. Como foi evidenciado nos GF1 e GF2 as categorias 1 e 2 (Papel do artesão e Exclusividade dos membros da associação), assim como a categoria 3 (Liderança e representação) possuem um peso maior na hora de avaliar o processo associativo, considerando que as frequências mais representativas dos discursos individuais na formação das ideias centrais são dominantes no discurso geral, ou seja, têm maior peso no discurso coletivo. Isso deixa as categorias 4, 5 e 6 num segundo plano, onde o peso na avaliação é menor no processo associativo, sob a análise exclusiva das frequências absolutas e acumulativas do DSC.

4.1.4 MODELO CRE: PROPOSTA INICIAL

Com base em todas as informações coletadas nos GF1 e GF2 e tendo como pano de fundo o contexto cultural específico e particular no qual se desenvolve esta pesquisa, se obtém uma proposta inicial do modelo CRE que pode ser observada na Tabela 10.

Tabela 10: Modelo CRE: proposta inicial

Nº	Categoria	Indicadores da avaliação	Natureza/Objeto	Peso
1	Papel do artesão	Produção artesanal vs. Produtos industrializados	Conceito de artesão	70%
		Uso de materiais (primários e secundários) e mão de obra originários da região e representatividade cultural local		
2	Exclusividade dos membros da associação	Afiliação exclusiva de membros na associação de artesanato		
		Capacidade da associação de suprir as necessidades (organizativas, comerciais, representativas) dos seus membros		
3	Liderança e representatividade	Representatividade frente os organismos públicos e privados	Liderança	
		Características da representação formal requeridas para este papel (coragem, confiança, equidade, experiência no setor, habilidade na resolução de conflitos, poder de convencimento e influência, capacidade de lobby comercial e político, conhecimento da estrutura institucional)		
4	Normatização interna e externa	Existência de manuais, regimentos ou outros documentos que normatizam seu funcionamento	Institucionalidade	30%
		Cumprimento de normas públicas ou privadas na participação de feiras, capacitações ou outras atividades externas		
5	Processo seletivo dos membros da associação	Existência de um procedimento específico, que inclua requerimentos, para a inclusão de novos membros na associação		
6	Gestão patrimonial	Indicadores de uma gestão transparente dos recursos gerados e os ativos de propriedade da associação	Gestão	

Fonte: Elaboração própria, 2018

Cada uma destas categorias têm, como pode se observar na Tabela 10, indicadores que questionam os parâmetros principais, e norteadores, que medem a associatividade em função da categoria avaliada e o contexto cultural do ambiente que as envolve. Sendo que as respostas obtidas indicarão o nível de associatividade positivo que a associação avaliada têm. O peso determinado para cada grupo de categorias responde a análise das frequências obtidas no DSC,

sendo um valor referencial e não determinante, respeitando o caráter responsivo do modelo proposto.

Os resultados desta avaliação serão apresentados no formato de relatório. O relatório CRE é o resultado final do processo de avaliação. Este documento oferece uma estrutura padrão, na fase introdutória identifica as partes envolvidas e apresenta os antecedentes da avaliação; logo se detalha o processo de avaliação, as categorias e indicadores expostos e, para concluir, os resultados obtidos. Além disso ele responde a uma série de particularidades requeridas pela abordagem responsiva da pesquisa; sendo assim que na exploração das questões o avaliador se concentra nas controvérsias, o avaliador não vai formular conclusões ou recomendações, pois isso impede e restringe a interpretação das partes interessadas. É importante entender que o relatório de avaliação é um veículo para o diálogo, este documento de trabalho retrata a diversidade e pluralidade existente no universo avaliado (ABMA, 2005).

A sustentação teórica da abordagem CRE está presente em todas as etapas de elaboração do relatório, lembrando sempre que a contextualização e ponderação das particularidades culturais do universo avaliado condicionam a interpretação e análise dos resultados alcançados (HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

4.2 VALIDAÇÃO DO MODELO CRE

A validação do modelo proposto visa dar o sustento empírico às categorias identificadas e descritas no Modelo CRE inicial, assim contrastar as categorias e a hierarquização proposta para refinar o produto final deste trabalho: um modelo CRE validado no campo de maneira analítica. A relevância da validação encontra-se na garantia de oferecer um modelo que identifique com maior precisão as características culturais do fenômeno avaliado (WHITAKER; VALTIERRA, 2018).

Para atingir este fim foi feita a Fase 2 da coleta de dados e os resultados são analisados como proposto na Figura 10.

4.2.1 DESCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES (FASE 2)

Na Fase 2 foram selecionadas associações que cumprem os requerimentos e se encaixam nas características procuradas nos participantes dos grupos focais: formalidade, pluralidade étnica, representação de ambos os sexos, assim como representantes de todas as esferas de poder internas da associação, líderes e membros ordinários.

Foram contrastadas as características da Fase 1 e obteve-se resultados na Fase 2 que reforçam a uniformidade do setor, como pode observar-se na Tabela 11 seguindo as questões

estabelecidas no roteiro: Partindo de um processo de avaliação da associatividade, quais aspectos culturais positivos são mais sobressalentes? Quais os aspectos culturais negativos?

Tabela 11: Ideias Centrais e suas frequências (Fase 2)

Ideias Centrais	Freq. Abs.	Freq. %	Freq. % Acum.
Apoio público-privado ao setor de artesanato	18	37,5%	37,5%
Características requeridas para novos membros da associação	13	27,1%	64,6%
Alianças e sinergias intra-associação	9	18,8%	83,3%
Barreiras culturais e regionais	5	10,4%	93,8%
Questões de gênero	3	6,3%	100,0%
Total	48	100%	-----

Fonte: Elaboração própria, 2018

O fator com maior peso foi, novamente, a falta de apoio ao setor de artesanato ou o que os artesãos definem como “esquecimento das instituições públicas e privadas”. Da mesma forma foram debatidos os outros pontos, encontrando resultados muito similares aos da Fase 1. Assim foi elaborado um DSC para retratar esse cenário onde se incluem os discursos individuais mais relevantes que dão forma ao discurso coletivo, englobando todas as ideias centrais já estabelecidas.

Quadro 13. DSC: Características culturais das associações de artesanato (Fase 2)

É inegável que o ambiente que vivemos os artesões é de completo abandono, as instituições, os políticos, as fundações, na real todo mundo esqueceu deste setor. Todos dizem que não há dinheiro para este tipo de atividade (feiras e capacitações técnicas), que são tempos difíceis para todos os setores produtivos, mas os mais afetados somos os menores, somos os ligados a cultura. Tudo isso torna um ambiente hostil para o artesão, sem ligar nos conflitos internos por questões de regionalismo, interesses políticos, concorrência desleal e brigas ao interior de cada associação e com outras associações que procuram os mesmos espaços e apoios que nos. A diversidade dos membros traz uma riqueza cultural, aportando valor ao trabalho da região, mas muitas vezes as lideranças são egoístas ou não conseguem enxergar essas vantagens, porque tem outros interesses. Não é justo que a maioria dos membros da associação sejam mulheres e quase todas os presidentes sejam homens, isso não ajuda a fortalecer a representatividade e identidade das associações na nossa sociedade.

Fonte: Elaboração própria, 2018

Ao realizar a análise dos fatores e particularidades culturais pode-se afirmar que os participantes da Fase 2 manifestam as mesmas características sócio culturais daqueles da Fase 1. Esta afirmação confirma um cenário de complexas redes, formais e informais, de atuação dos artesãos, a interação de diversas culturas e influências étnicas e regionais, mas todo este panorama rico manifesta-se de maneira uniforme no universo das associações de artesanato de Santa Cruz de la Sierra.

4.2.2 VALIDAÇÃO DAS CATEGORIAS AVALIATIVAS

Na Fase 2 foram apresentadas as categorias identificadas e descritas na Fase 1 da coleta de dados. Os indicadores estabelecidos para avaliar cada categoria foram expostos a uma análise minuciosa dos participantes com a finalidade de estabelecer a validação do modelo inicial. Para este fim foi apresentado o roteiro com as seguintes questões: Qual sua opinião das categorias do Modelo CRE apresentado? Qual hierarquia mais adequada para essas categorias?

Os resultados obtidos de cada categoria, se focaram nas Ideias Centrais obtidas na Fase 1, mas fazendo uma análise de cada categoria em contraste da construção feita na fase anterior. Assim o DSC permitiu chegar nos resultados observados na Tabela 12.

Tabela 12: Validação das categorias avaliativas e suas frequências

Ideias Centrais	Freq. Abs.	Freq. %	Freq. % Acum.
Papel do artesão	18	38,3%	38,3%
Liderança e representação	15	31,9%	70,2%
Normatização interna e externa	5	10,6%	80,9%
Exclusividade dos membros da associação	4	8,5%	89,4%
Processo seletivo dos membros da associação	3	6,4%	95,7%
Gestão patrimonial	2	4,3%	100,0%
Total	47	100%	-----

Fonte: Elaboração própria, 2018

O contraste de cada uma das categorias permitiu fazer os ajustes necessários através da elaboração e análise do DSC.

a) Papel do artesão: Os participantes dos GF3 e GF4 concordaram na relevância de definir prioritariamente o papel do artesão; aquele que produz com as próprias mãos, respeitando o valor cultural e a identidade da região e o simples comercializador de produtos importados (China) ou produzido em outras regiões do país com processos industrializados.

Se fez ênfase no fator cultural da produção local, como uma manifestação da identidade regional e a pouca valorização que se dá a estes produtos artesanais devido à concorrência desleal com produtos de menor qualidade importados, que são ofertados como artesanato.

Quadro 14. DSC validação da categoria: Papel do artesão

Com certeza esse é o principal problema (papel do artesão) que atravessamos dia a dia, nas feiras onde participamos tem muito revendedor de produtos chinês, também tem muitas pessoas que chegam de outros lugares para vender produtos industrializados, essas pessoas não são artesões mas a população não valoriza o trabalho que nos (artesões) fazemos, nossa criatividade, nossa identidade cultural, preferem comprar mais barato uma bagatela chinesa que dar valor ao trabalho feito com matérias locais e por mãos de Santa Cruz. O pior desta situação é que estes indivíduos concorrem com a gente nos mesmos espaços, é uma concorrência desleal, não é justo; chegamos a tal ponto que os fregueses já não sabem identificar a diferença dos produtos que realmente são artesanato, isso nos prejudica muito. Já ninguém se importa com o trabalho manual do artesão, estão mais ligados ao preço, tem muitos produtos apresentados como artesanato, mas nem os materiais nem o processo de elaboração é, de fato, artesanato. Sem sombra de dúvidas este é principal problema que afeta nossas associações.

Fonte: Elaboração própria, 2018

b) Exclusividade dos membros da associação: esta categoria foi validada com a observação de que deveria estar conectada a categoria de normatização, quer dizer, que além de reforçar a relevância da exclusividade como um fator positivo da associatividade foi identificada a necessidade de regular esta condição dos associados.

Quadro 15. DSC validação da categoria: Exclusividade dos membros da associação

É claro que a exclusividade seria um fator positivo para as associações de artesanato, evitaríamos um monte de problemas e brigas entre uma associação e outra. Esta categoria deveria estar ligada as normas internas de cada associação para que sejam as próprias associações as que cuidem de seus membros e evitem brigas com as outras associações.

Fonte: Elaboração própria, 2018

c) Liderança e representatividade: foram analisados cada um dos indicadores desta categoria, validando cada um deles, adicionando um fator determinante: a honradez.

Quadro 16. DSC validação da categoria: Liderança e representatividade

Essa categoria aqui é bem importante, a maior parte do sucesso e sustentabilidade da associação depende do seu presidente, seu dinamismo e sua capacidade de gerar atividades para sua associação. Ele (o representante) deve conhecer a cidade, saber como se fazem as coisas, como se conseguem os apoios e auspícios, não adianta ter só boa vontade, tem que ser uma pessoa proativa, um passo à frente da concorrência. Se o presidente não presta em pouquíssimo tempo a associação desaparece e os sócios procuram novos “lares” onde refugiar-se. O líder deve ter todas essas qualidades (as identificadas na Fase 1) mas acho que está faltando a mais importante: a honradez. Isso é verdade, honradez é um dos fatores mais importantes, não adianta ser um bom líder se for trapaceiro.

Fonte: Elaboração própria, 2018

d) Normatização interna e externa: no caso desta categoria foi debatido o sentido de uma normatização externa, levando em consideração o modelo de avaliação da associatividade aplicado exclusivamente aos membros das associações. Neste sentido, a categoria foi restrita a “normatização interna”, onde o foco da avaliação é a organização, regulação e atuação dos membros da associação; definindo-a simplesmente como normatização.

Quadro 17. DSC validação da categoria: Normatização interna e externa

Não adianta falar de normatização externa, essa é uma questão que foge do nosso controle e realmente os sócios não ligam para essas coisas, estão mais preocupados com os benefícios que a própria associação vai dar-lhes. O importante é definir claramente os procedimentos internos da associação, para ter regras claras na hora de escolher nossos representantes, aceitar novos membros, participar de eventos e expulsar ou punir algum colega que ocasione problemas. Nosso olhar deve ser para dentro da associação, organizar a casa.

Fonte: Elaboração própria, 2018

e) Processo seletivo dos membros da associação: esta categoria não foi considerada necessária, afirmando que deveria ser parte da categoria de Normatização. Considera-se importante

estabelecer um procedimento claro para a seleção e incorporação de novos membros dentro das regulações internas de cada associação. Assim, a categoria passa a se considerar um indicador da outra categoria.

Quadro 18. DSC validação da categoria: Processo seletivo dos membros da associação

Mas isso aqui (a categoria) é parte da normatização da associação, é um procedimento como qualquer outro que deve estar definido na regulação interna da associação. Devem estar bem definidos, passo a passo, os requerimentos e garantias necessárias para evitar problemas futuros com os novos colegas que sejam selecionados.

Fonte: Elaboração própria, 2018

f) Gestão patrimonial: neste caso foram considerados vários elementos da gestão administrativa das associações. Os participantes incorporaram outros indicadores que devem ser considerados, como o planejamento anual da gestão patrimonial e a elaboração de relatórios periódicos para informar aos membros sobre a administração dos recursos e ativos da associação.

Quadro 19. DSC validação da categoria: Gestão patrimonial

É importante ter um gerenciamento dos recursos da associação que seja transparente com todos os membros da associação para garantir um bom trabalho dos responsáveis; além disso é necessário fazer o planejamento dos ingressos e egressos para cada ano e essa informação deveria ser apresentada de forma regular a todos os sócios.

Fonte: Elaboração própria, 2018

4.2.3 VALIDAÇÃO DA HIERARQUIA DAS CATEGORIAS AVALIATIVAS

A validação das categorias permitiu uma nova hierarquia, fazendo os ajustes de conteúdo sugeridos e levando em consideração a análise das frequências obtidas na construção do DSC desta Fase 2. Essa nova hierarquia pode ser observada na Figura 12.

Figura 12: Hierarquia das categorias avaliativas (Fase 2)

Fonte: Elaboração própria, 2018

Como foi explicado, as categorias sofreram as modificações e ajustes identificados no processo de validação, tendo como resultado 5 categorias avaliativas hierarquizadas em função da sua relevância e natureza/objeto no processo avaliativo da associatividade através da análise da frequência do DSC.

4.2.4 MODELO CRE: PROPOSTA FINAL

A Fase 2 da coleta de dados e sua análise permitiram fazer os ajustes necessários para validar o modelo CRE no campo, obtendo como resultado o Modelo CRE definitivo.

Tabela 13: Modelo CRE validado

Nº	Categoria	Indicadores da avaliação	Natureza/Objeto	Peso
1	Papel do artesanão	Produção artesanal vs. Produtos industrializados	Conceito de artesanão	70%
		Uso de materiais (primários e secundários) e mão de obra originários da região e representatividade cultura local		
2	Liderança e representatividade	Representatividade frente os organismos públicos e privados	Liderança	
		Características da representação formal requeridas para este papel		
3	Normatização	Existência de manuais, regimentos ou outros documentos que normatizam seu funcionamento	Institucionalidade	
		Existência de um procedimento específico, que inclua requerimentos, para a inclusão de novos membros na associação		

Nº	Categoria	Indicadores da avaliação	Natureza/Objeto	Peso
4	Exclusividade dos membros da associação	Afiliação exclusiva de membros na associação de artesanato		
		Capacidade da associação de suprir as necessidades dos seus membros		
5	Gestão patrimonial	Indicadores de uma gestão transparente dos recursos gerados e os ativos de propriedade da associação	Gestão	
		Planejamento anual da gestão patrimonial		
		Elaboração e apresentação de relatórios periódicos da administração dos recursos e ativos da associação		

Fonte: Elaboração própria, 2018

O resultado da análise de dados permitiu validar o Modelo CRE no campo, fazendo os ajustes identificados e desta maneira dotar de maior precisão as categorias avaliativas e sua relevância no processo de avaliar a associatividade das associações de artesanato de Santa Cruz de la Sierra. Com a finalidade de estabelecer um maior refinamento nos indicadores foram estabelecidas perguntas orientadoras para nortear o trabalho do avaliador na hora de aplicar o modelo CRE, assim como seus indicadores positivos e/ou negativos. Estas perguntas podem-se observar na Tabela 14.

Tabela 14: Perguntas orientadoras dos indicadores de avaliação

Nº	Categoria	Perguntas orientadoras	Indicador Positivo	Indicador Negativo
1	Papel do artesão	Como são os processos de elaboração dos produtos da associação?	Processo manual/artesanal	Processo industrializado
		Quais os materiais usados na produção da associação?	Materiais locais/tradicionais	Materiais importados/exógenos
2	Liderança e representatividade	Como se enxerga a representação da associação frente os organismos públicos e privados?	Alta representatividade	Baixa representatividade
		Quais as principais características de liderança do representante formal da associação?	Consegue-se identificar características como: coragem, confiança, equidade, experiência no setor, habilidade na resolução de conflitos, poder de convencimento e influência, capacidade de lobby comercial e político, conhecimento da estrutura institucional	Não se identificam características de liderança
3	Normatização	Como descreve os manuais, regimentos ou outros documentos que normatizam o	Existência dos documentos detalhados	Inexistência total o parcial dos documentos detalhados

		funcionamento da associação?		
		Existe um procedimento específico, que inclua requerimentos, para a inclusão de novos membros na associação? Explique	Existência de um procedimento específico para este fim	Inexistência de um procedimento específico para este fim
4	Exclusividade dos membros da associação	Como lida-se com a exclusividade, ou não, dos membros da associação?	A exclusividade dos membros é requerida	A exclusividade dos membros não é requerida
		Qual a capacidade da associação de suprir as necessidades dos seus membros?	A associação tem uma alta capacidade de atender necessidades organizativas, comerciais, representativas	A associação tem uma baixa ou nula capacidade de suprir as necessidades de seus membros
5	Gestão patrimonial	Quais os indicadores de uma gestão transparente dos recursos gerados e os ativos de propriedade da associação?	Identificam-se indicadores positivos de uma gestão transparente	Identificam-se indicadores negativos de gestão
		Qual o planejamento anual da gestão patrimonial?	Existe planejamento	Atividades improvisadas
		Qual a frequência de apresentação de relatórios da administração dos recursos e ativos da associação?	Alta frequência (periódicos)	Baixa frequência ou nenhuma apresentação

Fonte: Elaboração própria, 2018

Todas as modificações foram filtradas pelos mesmos critérios e rigor da abordagem culturalmente responsiva adotada nesta pesquisa, levando em consideração as particularidades e características culturais da unidade de estudo (THOMAS; PARSONS, 2017).

5 CONCLUSÕES

Neste capítulo é apresentada uma síntese dos resultados obtidos em função da análise de dados feita no capítulo anterior que permitiu a construção e validação do modelo CRE da associatividade de Santa Cruz de la Sierra – Bolívia, traduzindo-se em contribuições acadêmicas e práticas específicas para este setor produtivo. Assim também, se apresentam as limitações da pesquisa e sugestões de futuras investigações e aplicações do modelo proposto.

5.1 SÍNTESE DOS RESULTADOS

A partir do objetivo geral deste trabalho de dispor de um modelo de avaliação da associatividade do setor de artesanato da cidade de Santa Cruz de la Sierra – Bolívia, seguindo a abordagem de avaliação culturalmente responsiva, foi desenvolvida uma série de fases metodológicas que permitiram acessar a dados primários para construir (Fase 1) e validar analiticamente (Fase 2) o modelo CRE.

A utilização de grupos focais e o rigor do DSC permitiram, em ambas as fases, atingir os objetivos específicos estabelecidos. O primeiro objetivo que estabelece descrever as características e particularidades das associações de artesanato foi atingido através da análise das ideias centrais obtidas no DSC na Fase 1 e 2 da coleta de dados, onde se evidenciou o contexto cultural e suas particularidades sociais e políticas no qual as associações de artesanato de Santa Cruz de la Sierra se desenvolvem. Assim foi possível descrever com detalhamento os nuances culturais que envolvem ao setor de artesanato, fazendo uma análise da frequência dos DSCs e a descrição de cada uma das principais ideias centrais identificadas.

Para o segundo objetivo específico que visa a construção do modelo de avaliação através da identificação e hierarquização das categorias avaliativas, foi preciso debruçar-se neste cenário de complexas relações interpessoais e interinstitucionais das associações de artesanato e desta maneira a riqueza dos dados obtidos para a identificação das categorias avaliativas foi maior, conseguindo estruturar um modelo de avaliação culturalmente responsivo, como pode-se observar na Tabela 10: Modelo CRE inicial. Para esta tarefa foi necessária uma análise dos dados obtidos nos GFs (Fase 1) através da construção do DSC e suas frequências.

O exercício de validação (Fase 2), que responde ao terceiro objetivo específico desta pesquisa, foi feito através do contraste das categorias obtidas na Fase 1, permitindo afirmar que os indicadores identificados, descritos e apresentados no modelo CRE inicial respondem as necessidades avaliativas da associatividade do setor de artesanato de Santa Cruz de la Sierra.

Porém, as categorias avaliativas sofreram ajustes necessários para refinar o produto, conseguindo desta maneira, analítica, validar o modelo (WHITAKER; VALTIERRA, 2018), o resultado final observa-se na Tabela 13.

Uma vez aplicado o modelo CRE o resultado final da avaliação deve ser apresentado através do relatório CRE. Trata-se de um documento descritivo e propositivo, onde o avaliador, seguindo os indicadores propostos e as perguntas orientadoras da Tabela 14, descreverá de maneira explícita os resultados obtidos e gerará propostas de ações específicas para cada categoria avaliada.

Por último, afirma-se que a construção e validação de um modelo de avaliação culturalmente responsiva, como um processo de construção de categorias que permitam compreender a associatividade das empresas do setor de artesanato da cidade de Santa Cruz de la Sierra – Bolívia, se constitui em uma contribuição teórica, e prática, para entender a dinâmica, contexto e realidade das associações.

Desde a ótica acadêmica a estruturação e validação de uma ferramenta científica que permita avaliar um grupo social, uma instituição, um programa ou neste caso específico um setor produtivo e sua dinâmica coletiva – associatividade – se constitui em uma contribuição ao campo acadêmico com uma testada aplicabilidade prática para dar respostas na área das ciências sociais (ABMA, 2005).

Este tipo de instrumentos construídos, levando em consideração as particularidades culturais do ambiente que envolve o fenômeno avaliado, dão maior credibilidade aos resultados obtidos após a aplicação e análise dos resultados (WHITAKER; VALTIERRA, 2018). Por este motivo, ferramentas deste tipo são necessárias para entender a complexidade das associações de artesanato de Santa Cruz de la Sierra e seus nuances, positivos e negativos, na economia local e nacional (GIANELLA; PAZOS, 2016). Desta maneira o objetivo geral da pesquisa foi atingido.

É importante ressaltar que uma das principais contribuições trata-se do desenho metodológico desenvolvido para a construção e validação de um modelo de avaliação, ou seja os passos pré-avaliação. Em outras palavras, o caminho metodológico adotado serve como referência a futuras pesquisas que visem a elaboração de modelos avaliativos onde as categorias avaliativas e seus indicadores e parâmetros devam ser construídos.

5.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA E SUGESTÕES DE ESTUDOS FUTUROS

A abordagem adotada para esta pesquisa (CRE) limita o campo de aplicação do modelo construído e validado, sendo um requerimento inviolável a contextualização do fenômeno avaliado em função das características próprias do ambiente cultural que o envolve (HOOD; HOPSON; KIRKHART, 2015).

Neste sentido, existe a limitação da reprodução exata do modelo em outras cidades ou regiões da Bolívia ou o estrangeiro, sendo estritamente necessário fazer uma adaptação do modelo proposto contextualizando as particularidades do ambiente cultural no qual se deseja reproduzir.

Fiel ao objetivo geral deste trabalho se apresenta o modelo de avaliação CRE validado analiticamente no campo, fazendo notar que seria necessária uma terceira fase para a aplicação do modelo e análise dos resultados obtidos. Assim se sugere uma pesquisa futura onde o modelo construído e validado nesta pesquisa possa ser aplicado nas associações de artesanato de Santa Cruz de la Sierra para conhecer os dados que podem ser obtidos através do modelo CRE.

Além disso, uma validação empírica através da aplicação do modelo poderia refinar, ainda mais, o modelo de avaliação apresentado, fornecendo indicadores mais detalhados que ajudem a fazer uma avaliação com maior precisão da associatividade. Para atingir este resultado se sugere a ampliação da amostra das associações participantes assim como o cuidado com a pluralidade dos membros que farão parte da validação empírica para garantir resultados com maior representatividade e credibilidade.

Sem sombra de dúvidas a aplicação prática do modelo CRE oferecerá *inputs* para o desenvolvimento de políticas de apoio ao setor de artesanato, além de gerar uma maior compreensão dos próprios artesãos da sua realidade ao interior da associação e desta forma gerar mudanças internas fortalecendo sua estrutura, fidelização de seus membros e desenvolvimento de estratégias coletivas de lobby político, clientes e concorrência. Assim como identificar as melhores lideranças, suas carências e fortalezas, para garantir uma gestão de maior qualidade, transparência e honradez. Todos estes indicadores fazem parte do modelo CRE proposto, é claro faram parte dos resultados obtidos após a aplicação do modelo de avaliação.

A associatividade é um fenômeno coletivo vivo e em constante mudanças, assim como a própria sociedade e sua cultura (NERI BELTRAN, 2011); por isso o modelo que se dispõem deve ser atualizado ao perceber mudanças estruturais que possam afetar sua aplicabilidade e credibilidade no setor de artesanato de Santa Cruz de la Sierra – Bolívia.

REFERÊNCIAS

- ABMA, T. A. Responsive evaluation: Its meaning and special contribution to health promotion. **Evaluation and Program Planning**, v. 28, n. 3, p. 279–289, ago. 2005.
- ALVES, M. C. et al. Estratégias mercadológicas e associativismo na indústria de plásticos. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 8, n. São Paulo, 2, p. 55–97, dez. 2009.
- BENÍTEZ FORERO, J. A. et al. Modelo para caracterizar las evaluaciones administrativas de posgrados. **Tecnura**, v. 16, n. 31, p. 88–101, 2012.
- BOWEN, M. L.; TILLMAN, A. S. Developing Culturally Responsive Surveys: Lessons in Development, Implementation, and Analysis From Brazil’s African Descent Communities. **American Journal of Evaluation**, v. 36, n. 1, p. 25–41, mar. 2015.
- CARDEN, F.; ALKIN, M. C. Evaluation Roots: An International Perspective. **Journal of MultiDisciplinary Evaluation**, v. 8, n. 17, p. 102–118, ene 2012.
- CASANOVAS, R.; MACLEAN, J. Acceso de la pequeña y microempresa al sistema financiero en Bolivia: situación actual y perspectivas. **Proyecto Regional Conjunto CEPAL/PNUD**, Serie Financiamiento del Desarrollo. n. CEPAL Unidad de Financiamiento / PNUD Naciones Unidas, p. 39, set. 1995.
- CHRISTIE, C. A.; ALKIN, M. C. Evaluation theory tree re-examined. **Studies in Educational Evaluation**, v. 34, n. 3, p. 131–135, set. 2008.
- CRONBACH, L. J. **Toward Reform of Program Evaluation**. San Francisco, USA: Jossey-Bass Publishers, 1980.
- DONALDSON, S. I.; SCRIVEN, M. (EDS.). **Evaluating social programs and problems: visions for the new millennium**. Mahwah, N.J: Lawrence Erlbaum, 2003.
- DORFLES, G.; RAMOS, V. **O design industrial e a sua estética**. Lisboa: Presença, 1991.
- ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. 351. Ley Nacional No 351. . 19 mar. 2013.
- FONSECA, J. G. Modelos cualitativos de evaluación. **Educere**, v. 11, n. 38, p. 427–432, 2007.
- GADSC. **Base de datos Personalidad Jurídica 2013-2017**. Santa Cruz, Bolívia: Gobierno Autónomo Departamental de Santa Cruz, 2018.
- GIANELLA, C.; PAZOS, S. **Manual para la organización y participación en Ferias Artesanales**. Soluciones Prácticas, 2016. Disponible em: <<http://repositorio.solucionespracticas.org.pe:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1077/1353032017510121821.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>
- GOBIERNO AUTÓNOMO DEPARTAMENTAL DE SANTA CRUZ. N° 050. Ley de Personalidad Jurídica. 19 out. 2012.
- GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. **Avaliação de Quarta Geração**. 1. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2011.

HABERMAS, J. The Theory of Communicative Action. In: **Reason and the Rationalization of Society**. Boston, USA: Beacon Press, 1984. v. 1p. 465.

HANSEN, M.; ALKIN, M. C.; WALLACE, T. L. Depicting the logic of three evaluation theories. **Evaluation and Program Planning**, v. 38, p. 34–43, jun. 2013.

HOOD, S.; HOPSON, R. K.; KIRKHART, K. E. Culturally Responsive Evaluation. In: NEWCOMER, K. E.; HATRY, H. P.; WHOLEY, J. S. (Eds.). . **Handbook of Practical Program Evaluation**. Hoboken, NJ, USA: John Wiley & Sons, Inc., 2015. p. 281–317.

HOPSON, R. K. Reclaiming Knowledge at the Margins: Culturally Responsive Evaluation in the Current Evaluation Moment. In: **The SAGE International Handbook of Educational Evaluation**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2009. p. 429–446.

INE. **Encuesta Hogares**. Instituto Nacional de Estadística - Bolivia, 2017. Disponível em: <<http://www.ine.gob.bo/>>

KEMMIS, S. **Evaluation and the Evaluation of Knowledge**. Champaign-Urbana, Diss.: Universidad de Illinois, 1976.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. Discourse of the collective subject: social representations and communication interventions. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 23, n. 2, p. 502–507, jun. 2014.

MAMANI, I. O. **Experiencias exitosas de asociatividad de los agricultores familiares en los sistemas alimentarios: El caso de la Red Andina de productores de quinua**. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y Agricultura, Santiago, Chile 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i6850s.pdf>>

MATHIE, A.; GREENE, J. C. Stakeholder participation in evaluation: How important is diversity? **Evaluation and Program Planning**, v. 20, n. 3, p. 279–285, ago. 1997.

MINAYO, M. C. DE S. **O desafio do conhecimento**. Rio de Janeiro: HUCITEC; ABRASCO, 1992.

MOURA, A. N. D. **A influência da cultura, da arte e do artesanato brasileiros no design contemporâneo: um estudo da obra dos Irmãos Campana**. Dissertação—Belo Horizonte, Brasil: Universidade do Estado de Minas Gerais, 2011.

NERI BELTRAN, L. A. **Factores que favorecen la asociatividad en Bolivia : Caso, organizaciones campesinas de Nuevo Belen y Puerto Oro**. Tesis de Maestría—La Paz - Bolivia: Universidad Andina Simón Bolívar, sede Académica La Paz, 2011.

PAIXÃO, R. B. **Avaliação de impacto de mestrados profissionais: contribuições a partir da multidimensionalidade e da negociação**. Tese (Doutorado)—Salvador: Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, 2012.

PAZ, O. **Convergencias ensaios sobre arte e literatura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

PÉREZ, A. Modelos contemporáneos de evaluación. **Cuadernos de educación**, v. 143, n. Caracas, Venezuela: Cooperativa Laboratorio Educativo, 1993.

PROPPE, O. La investigación de la evaluación como una forma de potenciar el desarrollo en las escuelas y el profesionalismo de los profesores. **Revista de Educación**, Educación, formación y empleo en el umbral de los noventa. p. 325–343, 1990.

QUEREJAZÚ, V. **GEM Global Entrepreneurship Monitor: reporte nacional Bolivia 2014**. La Paz: Escuela de la Producción y la Competitividad de la Universidad Católica Boliviana “San Pablo”, 2015.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V.; CORRES AYALA, P. **Manual de investigación en ciencias sociales**. Ciudad de México: Limusa: Grupo Noriega Editores, 2017.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 5, p. 1271–1294, out. 2012.

RISTOFF, D. I. Algumas definições de avaliação. In: **Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate**. Florianópolis: Editora Insular, 2003. p. 21–33.

SEBRAE. **Programa SEBRAE de Artesanato**. Brasília: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2004.

STAKE, R.; DENNY, T. Needed Concepts and Techniques for Utilizing More Fully the Potential of Evaluation. In: **Educational Evaluation: New Roles, New Means (The sixty-eight Yearbook or the National Society for the Study of Education)**. Chicago, University of Chicago Press: R. W. Tyler, 1969. p. 370–390.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.

STAKE, R. E.; JDR 3RD FUND (EDS.). **Evaluating the arts in education: a responsive approach**. Columbus, Ohio: Merrill, 1975.

STUFFLEBEAM, D. L.; CORYN, C. L. S. **Evaluation theory, models, and applications**. 2. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2014.

THOMAS, V. G.; PARSONS, B. A. Culturally Responsive Evaluation Meets Systems-Oriented Evaluation. **American Journal of Evaluation**, v. 38, n. 1, p. 7–28, mar. 2017.

WHITAKER, M. C.; VALTIERRA, K. M. The dispositions for culturally responsive pedagogy scale. **Journal for Multicultural Education**, v. 12, n. 1, p. 10–24, 9 abr. 2018.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de programas: concepções e práticas**. São Paulo: Editora Gente, 2004.

APÊNDICE A - FORMATO DOS CONVITES DOS GFS ²:



INVITACIÓN



Zvonimir Nincevic, estudiante de la Maestría Académica de Administración de la Universidad Federal de Bahia – Brasil, tiene el agrado de invitarle (s) a participar de un grupo focal para el desarrollo de un trabajo de investigación académica que beneficiará al sector de artesanías de Santa Cruz de la Sierra.

Dicha actividad se desarrollará el próximo **martes 28 de agosto a Hrs. 15:00** en oficinas de la Fundación Trabajo Empresa, ubicada en la c. Moldes esq. Cobija.


Sus aportes serán de valiosa contribución, lo (s) espero (s).

Santa Cruz, 21 de agosto de 2018.


Com el apoyo de:



Fonte: Elaboração própria, 2018



CONVITE




Zvonimir Nincevic, estudante do Mestrado Académico de Administração da Universidade Federal da Bahia – Brasil, tem o prazer de convidar-lhe (s) a participar de um grupo focal para o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa académica em benefício do setor de artesanato de Santa Cruz de la Sierra.

Essa atividade se desenvolverá a próxima **terça feira 28 de agosto as 15:00h** na Fundación Trabajo Empresa, localizada na rua Moldes e Cobija.

Seus aportes serão muito valiosos, espero-o (s).

Santa Cruz, 21 de agosto de 2018.

Com o apoio de:



Tradução do autor, 2018

² As datas dos GFs foram as seguintes: GF 1 – 28 de agosto de 2018; GF 2 – 30 de agosto de 2018; GF 3 – 25 de setembro de 2018; e GF 4 – 30 de setembro de 2018.

APÊNDICE B – SLIDES DOS GFS 1 E 2:



PRESENTACIÓN Y OBJETIVOS

- Trabajo de investigación académica con el objetivo de construir un modelo de evaluación culturalmente responsiva de la asociatividad del sector de artesanato de Santa Cruz de la Sierra.
- Investigador: **Zvonimir Nincevic Salles**, 33 años, alumno de la maestría de Administración de la Universidad Federal de Bahia – Brasil.
- La finalidad de este trabajo es generar un aporte teórico y práctico para el sector de artesanías. NO se realizaran citas personales, ni se identificarán a los participantes.

REGLAS DEL GRUPO FOCAL

1. Cada participante se identificará en la tarjeta entregada y la sujetará a su pecho para una comunicación más fluida.
2. TODAS las opiniones son importantes, tanto las respuestas negativas como positivas.
3. El uso de la palabra debe ser relativo al tema en discusión para evitar diluir el asunto y perder el foco de la discusión.
4. No hacer participaciones muy extensas para permitir que todos los participantes puedan hacer uso de la palabra.
5. Expresarse libre y espontáneamente, se aceptan sugerencias de ampliar los temas abordados.

PREGUNTAS NORTEADORAS

1. Según su criterio, existe una evaluación de la asociatividad? Justifique



PREGUNTAS NORTEADORAS

2. Qué aspectos culturales positivos son más sobresalientes?



PREGUNTAS NORTEADORAS

3. Qué aspectos culturales negativos identifica?



PREGUNTAS NORTEADORAS

4. Qué aspectos deben ser evaluados en las asociaciones?



PREGUNTAS NORTEADORAS

5. Priorice los 3 aspectos más importantes que deben ser evaluados. Justifique con detalle

PREGUNTAS NORTEADORAS

6. Después de todo lo conversado, existe algún punto adicional que le gustaría adicionar?



GRACIAS POR PARTICIPAR!!

Zvonimir Nincevic Salles
Telf. (591) 78285550
znincevicsalles@gmail.com
Universidad Federal da Bahia

APÊNDICE C – SLIDES GF 3 E 4:



PRESENTACIÓN Y OBJETIVOS

- Trabajo de investigación académica con el objetivo de validar un modelo de evaluación culturalmente responsiva de la asociatividad del sector de artesanato de Santa Cruz de la Sierra.
- Investigador: **Zvonimir Nincevic Salles**, 33 años, alumno de la maestría de Administración de la Universidad Federal de Bahia – Brasil.
- La finalidad de este trabajo es generar un aporte teórico y práctico para el sector de artesanías. NO se realizarán citas personales, ni se identificarán a los participantes.

PREGUNTAS NORTEADORAS

1. Partiendo de un proceso de evaluación de la asociatividad, cuales aspectos culturales positivos son más sobresalientes?



PREGUNTAS NORTEADORAS

2. Cúales son los aspectos culturales negativos?



PREGUNTAS NORTEADORAS

3. Cúal es su opinión de las categorías del Modelo CRE presentado?



PREGUNTAS NORTEADORAS

4. Cúal la jerarquia más adecuada para esas categorías?



PREGUNTAS NORTEADORAS

5. Después de todo lo conversado, existe algún punto adicional que le gustaría adicionar?



GRACIAS POR PARTICIPAR!!

Zvonimir Nincevic Sallles
Telf. (591) 78285550
znincevicsalles@gmail.com
Universidad Federal da Bahia